

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LETICIA RODRIGUES DA SILVA SANTOS

Caça às Bruxas, Estado e Capitalismo

Explorando os vínculos históricos, a intersecção das opressões e suas consequências na
estruturação social

Uberlândia

2023

LETICIA RODRIGUES DA SILVA SANTOS

Caça às Bruxas, Estado e Capitalismo

Explorando os vínculos históricos, a intersecção das opressões e suas consequências na
estruturação social

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Política

Orientador: Georgia Cristina Amitrano

Uberlândia

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 Santos, Letícia Rodrigues da Silva, 1996-
2023 Caça às Bruxas, Estado e Capitalismo [recurso eletrônico] : Explorando os vínculos históricos, a intersecção das opressões e suas consequências na estruturação social / Letícia Rodrigues da Silva Santos. - 2023.

Orientador: Georgia Cristina Amitrano.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Filosofia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.395>

Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Amitrano, Georgia Cristina, 1967-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - posfil@fafcs.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 010/23, PPGFIL				
Data:	Primeiro de agosto de dois mil e vinte três	Hora de início:	15:00	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	12012FIL009				
Nome do Discente:	Letícia Rodrigues da Silva Santos				
Título do Trabalho:	Caça às Bruxas, Estado e Capitalismo: Explorando os vínculos históricos, a intersecção das opressões e suas consequências na estruturação social				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	Filosofia Política				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Força de lei, biopolítica e exceção: política e ética no pensamento contemporâneo				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1U 106, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Ana Gabriela Colantoni; Sandra Olades Matins Venturelli; Susana de Castro Amaral Vieira; Georgia Cristina Amitrano orientador(a) do(a) candidato(a). Participou por web conferência a Prof^a. Dr^a. Ana Gabriela Colantoni.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Georgia Cristina Amitrano, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Cristina Amitrano, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/08/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Colantoni, Usuário Externo**, em 23/08/2023, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Susana de Castro Amaral Vieira, Usuário Externo**, em 25/08/2023, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Olades Martins Venturelli, Usuário Externo**, em 25/08/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4703593** e o código CRC **994520B8**.

Dedico este trabalho às mulheres que sofreram ao longo dos séculos, desde a Idade Média, por causa das injustiças e opressões que enfrentaram.

Às mulheres que foram perseguidas e vítimas da caça às bruxas, que foram difamadas, torturadas e executadas sob a falsa acusação de bruxaria. Vocês resistiram à violência e ao medo, e seu legado continua vivo, inspirando-nos a lutar por justiça e liberdade.

Às mulheres que foram silenciadas, invisibilizadas e subjugadas devido à intersecção entre gênero, raça e classe. Às mulheres negras, indígenas, pobres e de tantas outras origens, que enfrentaram uma opressão ainda mais intensa e complexa. Reconheço e honro sua resiliência, força e capacidade de resistência diante de uma sociedade que frequentemente as marginalizava.

Às mulheres que, na União Soviética, buscaram a superação dos problemas de gênero, lutaram por direitos igualitários e se engajaram ativamente na construção de uma nova sociedade. Seus esforços e conquistas nos mostram que é possível transformar estruturas opressivas e construir um mundo mais justo.

A vocês, mulheres, que enfrentaram adversidades, quebraram barreiras e desafiaram normas injustas, dedico este trabalho. Que sua coragem e determinação nunca sejam esquecidas, e que a luta por igualdade e justiça continue, inspirando as gerações presentes e futuras.

Com profunda gratidão,
Leticia.

“A magia constituía também um obstáculo para a racionalização do processo de trabalho e uma ameaça para o estabelecimento do princípio da responsabilidade individual. Sobretudo, a magia parecia uma forma de rejeição do trabalho, de insubordinação, e um instrumento de resistência de base ao poder. O mundo devia ser “desencantado” para poder ser dominado.”

(FEDERICI, 2017, p. 313)

RESUMO

O capitalismo precisa ser pensado a partir do ponto de vista das mulheres, sem estar dissociado da classe trabalhadora. O advento do capitalismo não decorre de uma transição inevitável de sistemas econômicos: o capitalismo nasce da massificação da pobreza, da violência, da expropriação e do estupro. As consequências deste fenômeno na vida das mulheres trazem um marco histórico: ganha espaço uma nova divisão sexual do trabalho, que marca os dias atuais, a exclusão feminina do trabalho assalariado e a mecanização do corpo feminino em uma máquina de reprodução de trabalhadores assalariados. Escraviza-se o corpo feminino à serviço do Estado. O capitalismo não conecta-se somente com o sexismo, mas também com o racismo, já que explora sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, povos ameríndios e imigrantes, para se fundar enquanto sistema. Não é possível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação. Objetiva-se aqui, analisar a relação entre a caça às bruxas e o nascimento do capitalismo, explorar a intersecção entre gênero, raça e classe, e examinar os esforços de superação dos problemas de gênero na União Soviética. Para tal, utiliza-se uma metodologia que combina revisão bibliográfica e o método histórico-dialético, já que compreende os fenômenos históricos e sociais por meio da análise de suas contradições internas, transformações e desenvolvimento histórico.

Palavras-chave: Caça às Bruxas; Capitalismo; União Soviética; Opressão.

RÉSUMÉ

Le capitalisme doit être pensé du point de vue des femmes, sans être dissocié de la classe ouvrière. L'avènement du capitalisme ne résulte pas d'une transition incontournable des systèmes économiques : le capitalisme est né de la massification de la pauvreté, de la violence, de l'expropriation et du viol. Les conséquences de ce phénomène dans la vie des femmes marquent un tournant historique : une nouvelle division sexuelle du travail gagne du terrain, qui marque l'actualité, l'exclusion féminine du travail salarié et la mécanisation du corps féminin en une machine de reproduction des salariés. Le corps féminin devient esclave au service de l'Etat. Le capitalisme n'est pas seulement lié au sexisme, mais aussi au racisme, car il exploite des sujets coloniaux, descendants d'esclaves africains, peuples amérindiens et immigrés, pour se fonder en système. Il n'est pas possible d'associer le capitalisme à n'importe quelle forme de libération. L'objectif ici c'est d'analyser la relation entre la chasse aux sorcières et la naissance du capitalisme, d'explorer l'intersection entre le genre, la race et la classe, et d'examiner les efforts pour surmonter les problèmes de genre en Union soviétique. À cette fin, on utilise une méthodologie qui combine une étude bibliographique et la méthode historico-dialectique, car elle comprend des phénomènes historiques et sociaux à travers l'analyse de leurs contradictions internes, de leurs transformations et de leur développement historique.

Mots clés: Chasse aux sorcières; Capitalisme; Union Soviétique; Opression.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O CAPITALISMO COMO GERADOR DA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA, E A ORIGEM DA CAÇA ÀS BRUXAS	15
2.1 A gênese do capitalismo, mulheres e a exploração do trabalho	17
2.2 Divisão sexual do trabalho, controle dos corpos e escravidão	21
2.2.1 escravização de povos, colonização, trabalho e racismo	30
2.3 A caça às bruxas	35
3 MOLDANDO IDENTIDADES: UM OLHAR SOBRE RAÇA E GÊNERO	43
3.1 Algumas diferentes perspectivas	45
3.2 O feminismo negro a representação da mulher negra	47
3.3 A situação do negro nos estados unidos	54
4 CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA: O PAPEL DO SOCIALISMO SOVIÉTICO NA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO	59
4.1 Família, criação dos filhos e trabalho doméstico	62
4.2 União livre, criação socializada de crianças e socialização do trabalho doméstico	64
4.3 Os papéis familiares e a situação das crianças	68
4.4 A questão do divórcio, casamento e mulheres na força de trabalho	72
4.5 A diminuição da família e a responsabilidade do estado	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

A luta pela emancipação das mulheres é um tema que tem permeado a história da sociedade e da política, e diversas teorias e movimentos surgiram para analisar e enfrentar as opressões que elas enfrentam. Três autoras fundamentais abordaram a interconexão entre gênero, classe e o sistema capitalista, contribuindo para nossa compreensão dessas questões: Silvia Federici, Angela Davis e Wendy Goldman.

Silvia Federici, em sua obra seminal, oferece uma análise profunda sobre as raízes históricas do patriarcado e sua relação intrínseca com o sistema capitalista. Ela desvela como o capitalismo se apropriou do corpo feminino, transformando as mulheres em máquinas reprodutivas e subjugando sua autonomia e liberdade.

Federici destaca a conexão entre a caça às bruxas na Europa medieval e o advento do capitalismo, revelando como a demonização das mulheres e a perseguição às práticas femininas tradicionais foram estratégias para subjugar e controlar a força de trabalho feminina. Ao explorar essa relação complexa entre gênero, classe e capitalismo, a autora evidencia a importância de uma luta feminista intrinsecamente ligada à luta anticapitalista. Sua obra nos convida a questionar as estruturas opressivas que perpetuam as desigualdades de gênero e a buscar alternativas radicais.

Desde os primórdios do cristianismo, a Igreja Católica desempenhou um papel central na definição dos papéis de gênero e na regulação da sexualidade. Através de ensinamentos religiosos, a Igreja estabeleceu uma visão de mundo patriarcal, onde as mulheres eram consideradas inferiores e subordinadas aos homens. A misoginia e o controle do corpo feminino tornaram-se uma parte fundamental da doutrina cristã, resultando em uma série de práticas discriminatórias e repressivas.

A união entre Estado e Igreja fortaleceu ainda mais o controle sobre as mulheres. O poder secular frequentemente encontrou apoio e legitimação nas instituições religiosas, enquanto a Igreja, por sua vez, se beneficiava da proteção e privilégios concedidos pelo Estado. Essa aliança permitiu que ambos os poderes trabalhassem em conjunto para restringir e perseguir as mulheres que desafiavam as normas estabelecidas.

Talvez uma das manifestações mais cruéis dessa cooperação entre Estado e Igreja foi a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria durante a chamada caça às bruxas. Durante os séculos XVI e XVII, a Europa testemunhou um período de intensa repressão, onde milhares de mulheres foram acusadas de práticas mágicas e bruxaria. Essas acusações, serviram como uma

forma de controlar e punir mulheres que ousavam desafiar a autoridade patriarcal e a ordem estabelecida.

A perseguição às mulheres acusadas de bruxaria era conduzida em nome da fé e do Estado, com o apoio ativo das autoridades seculares. Os tribunais eclesiásticos e seculares trabalhavam em conjunto, torturando e executando mulheres acusadas de pactos com o Diabo e outras práticas consideradas heréticas. Essa perseguição foi um exemplo brutal do poder combinado da Igreja e do Estado, que se uniram para silenciar, controlar e subjugar as mulheres.

Além da caça às bruxas, a conexão entre Estado e Igreja também se manifestou em outras formas de perseguição às mulheres ao longo da história. Restrições ao acesso à educação, à propriedade, à participação política e ao controle sobre o próprio corpo foram impostas em grande parte através da colaboração entre poder secular e religioso. A Igreja exerceu uma influência significativa na formulação de leis e políticas que perpetuaram a subordinação das mulheres.

Ângela Davis expande essa análise ao considerar também a dimensão racial. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis destaca a interseccionalidade das opressões, enfatizando como as mulheres negras enfrentam opressões interligadas de gênero, raça e classe. Ela nos leva a compreender como a escravidão e o racismo estrutural moldaram as experiências das mulheres negras nos Estados Unidos, impondo formas específicas de exploração e violência. Davis argumenta que a luta pela emancipação das mulheres não pode ser dissociada da luta pela libertação racial e de classe. Sua obra nos convida a reconhecer a importância da solidariedade entre as mulheres, independentemente de suas diferenças raciais e de classe, para construir uma luta coletiva e efetiva contra as opressões. Ao destacar a necessidade de uma abordagem feminista inclusiva e combativa, Davis nos desafia a reimaginar a luta pela igualdade como um movimento unificado.

O Estado possui papel determinante em cada forma de opressão existente. Davis argumenta que ele é responsável por criar e manter políticas, leis e práticas que perpetuam a discriminação racial e a opressão sistemática das pessoas negras. Davis aponta que o Estado não é neutro, mas sim uma instituição que promove e protege interesses de classe e raça dominantes, criando um sistema hierárquico em que as pessoas negras são marginalizadas e subjugadas.

Davis também destaca como o Estado utiliza suas instituições, como o sistema de justiça criminal, para criminalizar e controlar a população negra. Ela argumenta que a polícia e o sistema prisional são ferramentas de opressão racial, com o Estado exercendo poder coercitivo sobre as comunidades negras. Davis chama a atenção para a seletividade penal, mostrando

como as leis e políticas criminais são aplicadas de maneira desproporcional contra pessoas negras, contribuindo para a ampliação das desigualdades raciais.

Lélia Gonzalez, por sua vez, analisa o papel do Estado na perpetuação do racismo no contexto brasileiro. Ela destaca como o Estado brasileiro, historicamente, foi construído sobre a exploração e opressão racial. Gonzalez (2020) argumenta que o racismo no Brasil é estrutural e está enraizado na formação do Estado brasileiro, que se baseou na escravidão e na exploração dos povos africanos e afrodescendentes. Ela aponta como o Estado, através de suas políticas e práticas, perpetua o racismo ao negar acesso a direitos básicos, como educação, saúde, moradia e emprego, para a população negra.

Gonzalez também destaca a violência estatal contra a população negra, evidenciando como a polícia e as forças de segurança são responsáveis por abusos, violência e mortes principalmente em comunidades negras. Ela denuncia a brutalidade policial e o genocídio da juventude negra como manifestações claras da perpetuação do racismo pelo Estado.

Tanto Davis quanto Gonzalez enfatizam a necessidade de enfrentar o racismo estrutural e desafiar o papel do Estado na manutenção das desigualdades raciais. Elas defendem a importância de movimentos sociais e políticas transformadoras que busquem a justiça racial e a igualdade de direitos. Ambas as autoras destacam a necessidade de construir coalizões entre diferentes grupos marginalizados, reconhecendo a interseccionalidade das opressões e a importância da solidariedade na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Houve uma sociedade que se propôs revolucionar as formas de relação e eliminar as opressões promovidas pelo capitalismo e que entrecruzam a vida das mulheres. A União Soviética, durante seu período inicial, promoveu uma série de políticas progressistas para a emancipação das mulheres. A Revolução Russa de 1917 trouxe consigo a promessa de igualdade de gênero e o fim da opressão das mulheres. As reformas incluíram o direito ao divórcio, a legalização do aborto, o acesso igualitário à educação e ao mercado de trabalho, entre outras medidas. Essas ações buscaram combater as estruturas patriarcais e criar condições para a emancipação das mulheres.

No entanto, ao longo do tempo, a União Soviética também enfrentou desafios e contradições em relação à igualdade de gênero e à questão racial. Embora tenha havido avanços significativos no empoderamento das mulheres, a realidade das mulheres dentro da União Soviética não foi homogênea. Diversas questões, como a persistência de normas de gênero arraigadas, discriminação no mercado de trabalho e representatividade limitada nas esferas de poder, continuaram a ser enfrentadas.

Wendy Goldman, em *Mulher, Estado e Revolução*, analisa a relação entre mulheres e Estado na Rússia pré-revolucionária. A autora ressalta como as mulheres foram afetadas pelo sistema político e econômico dominante, enfrentando discriminação e opressão em várias esferas de suas vidas. Goldman destaca que a emancipação das mulheres só pode ser alcançada por meio de uma transformação revolucionária da sociedade, em que sejam estabelecidas condições igualitárias para todas as pessoas. Ela examina as lutas das mulheres russas na primeira onda do feminismo e mostra como elas se envolveram ativamente na luta política, reivindicando seus direitos e rejeitando a submissão.

A análise de Goldman nos leva a refletir sobre a importância da luta política das mulheres na conquista de direitos e na transformação social. Ela destaca como as mulheres devem se engajar ativamente na esfera política, superando as barreiras impostas pelo Estado e pelo sistema patriarcal. Ao ressaltar a necessidade de uma revolução social e política, a autora nos convida a repensar a estrutura do Estado e seu papel na perpetuação das desigualdades de gênero.

Ao interconectar as obras de Federici, Davis e Goldman, percebemos a interdependência entre gênero, classe e capitalismo na opressão das mulheres. Essas autoras fornecem uma análise crítica das estruturas sociais e econômicas que perpetuam as desigualdades de gênero, destacando a importância da solidariedade entre as mulheres e da luta coletiva para a busca da emancipação feminina.

Ao considerar as análises de Federici, compreendemos que o patriarcado e o capitalismo são intrinsecamente ligados, com a exploração das mulheres desempenhando um papel fundamental na acumulação capitalista. A demonização das mulheres e a perseguição às práticas femininas tradicionais foram táticas empregadas para subjugar e controlar a força de trabalho feminina. Assim, a luta feminista precisa desafiar as estruturas opressivas do capitalismo para alcançar a verdadeira emancipação.

A perspectiva interseccional de Davis destaca como as opressões de gênero, raça e classe estão entrelaçadas, especialmente para as mulheres negras. A escravidão e o racismo moldaram a experiência das mulheres negras nos Estados Unidos, resultando em opressões complexas e interligadas. Davis enfatiza a necessidade de solidariedade entre as mulheres, superando as divisões impostas por diferenças raciais e de classe, para construir uma luta unificada contra todas as formas de opressão.

Goldman, por sua vez, concentra-se na relação entre mulheres e Estado, destacando como as estruturas políticas e econômicas perpetuam a opressão de gênero. Ela ressalta a importância da luta política das mulheres na conquista de direitos e na transformação social.

Goldman nos instiga a questionar e desafiar as estruturas de poder estabelecidas pelo Estado, em busca de uma sociedade igualitária.

Em conjunto, as obras de Federici, Davis, Goldman e todos os demais autores que utilizarei neste texto como apoio em nossa extensa discussão, nos convidam a refletir sobre as interseções complexas das opressões de gênero, classe e raça. Elas nos incentivam a adotar uma abordagem inclusiva e solidária na luta pela emancipação das mulheres, reconhecendo a importância de enfrentar simultaneamente as múltiplas formas de opressão. Essas autoras nos inspiram a buscar uma sociedade mais justa, equitativa e livre de todas as formas de discriminação e exploração, ao desafiar as estruturas sociais e econômicas que perpetuam as desigualdades de gênero.

Desta forma, objetiva-se: analisar a relação entre a caça às bruxas e o surgimento do capitalismo: investigar de que forma a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria na Idade Média e na era moderna contribuiu para a consolidação do sistema capitalista, examinando os aspectos econômicos, sociais e políticos envolvidos nesse processo; explorar a intersecção entre gênero, raça e classe: compreender as interconexões complexas entre gênero, raça e classe, investigando como esses sistemas de opressão se entrelaçam e se manifestam em diferentes contextos históricos e sociais, e como contribuem para a desigualdade e a opressão das mulheres; e por fim, estabelecer conexões e comparações entre diferentes períodos históricos: identificar semelhanças e diferenças entre a caça às bruxas, o nascimento do capitalismo e os esforços de superação dos problemas de gênero na União Soviética, com o objetivo de compreender as dinâmicas de poder, os mecanismos de opressão e as estratégias de resistência ao longo do tempo.

Será realizada uma revisão bibliográfica ampla e sistemática para identificar estudos relevantes sobre os temas abordados. Serão consultados livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e outras fontes acadêmicas confiáveis. A revisão bibliográfica servirá como base teórica e fornecerá a fundamentação conceitual necessária para a análise realizada neste trabalho. Adotaremos uma abordagem metodológica fundamentada no método histórico-dialético. O método histórico-dialético busca compreender os fenômenos históricos e sociais por meio da análise de suas contradições internas, transformações e desenvolvimento ao longo do tempo. Será utilizado para examinar criticamente as conexões entre a caça às bruxas, o nascimento do capitalismo e a tentativa de superação dos problemas de gênero na União Soviética, considerando as relações de poder, as estruturas sociais e os processos históricos envolvidos.

2 O CAPITALISMO COMO GERADOR DA INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA, E A ORIGEM DA CAÇA ÀS BRUXAS

A obra *Calibã e a bruxa*, de Silvia Federici, busca abordar a temática do desenvolvimento capitalista sob a ótica do movimento feminista, considerando a interseção com a classe trabalhadora. O objetivo central é analisar os fenômenos que emergiram durante o surgimento do capitalismo, tais como a expropriação de terras, o empobrecimento da população, a criminalização dos trabalhadores, a intensificação da violência contra as mulheres e o renascimento da caça às bruxas. O estudo procura explorar as inter-relações entre o sistema capitalista e a opressão de gênero, oferecendo uma análise crítica desses fenômenos históricos e sua persistência nas estruturas sociais contemporâneas.

Através de uma abordagem feminista, esta dissertação visa contribuir para um entendimento mais abrangente dos processos econômicos e sociais, destacando as implicações específicas para as mulheres e a importância de uma análise integrada das opressões de gênero e de classe na compreensão do desenvolvimento capitalista. Federici analisa a transição do feudalismo para o capitalismo a partir do ponto de vista feminino, do corpo e da acumulação primitiva.

O termo “acumulação primitiva” é usado por Marx para caracterizar as condições estruturais que tornaram possíveis o advento da sociedade capitalista. A acumulação primitiva é tratada por Marx como um processo de criação da estrutura do capitalismo. Ao contrário de Marx, a autora vai tratar a acumulação primitiva do ponto de vista da reprodução da força de trabalho e da mudança na posição social das mulheres, e não do proletariado assalariado e da produção de mercadorias.

São citados três fenômenos tão importantes quanto a colonização e a expropriação de terras para a acumulação capitalista, e que estão ausentes na teoria de Marx, a saber: advento de uma nova divisão sexual do trabalho; construção de uma nova ordem patriarcal de exclusão feminina do trabalho assalariado; mecanização do corpo feminino em uma máquina de reprodução de trabalhadores assalariados.

A tarefa empreendida aqui é de analisar a relação direta entre o surgimento do capitalismo e o evento histórico da caça às bruxas. Por que o advento do capitalismo precisou empreender um ataque genocida às mulheres? Por que a caça às bruxas foi um aspecto central da acumulação primitiva?

O corpo, a maternidade, e a sexualidade são questões centrais da teoria feminista, visto que o conceito de “corpo” constitui uma chave para compreensão do domínio patriarcal e da

construção de uma identidade feminina. É necessário compreender como os sistemas de exploração se apropriam do corpo feminino para implementar as relações de poder.

A caça às bruxas aparece como o maior evento de disciplinamento dos corpos que a história da humanidade já presenciou. O poder não está desconectado das relações socioeconômicas. É importante identificar qual a fonte do poder e como ele se desdobra. Silvia Federici demonstra como, dentro do capitalismo, o corpo para as mulheres tem a mesma significação da fábrica para os homens assalariados: um terreno de exploração e resistência. O corpo é um meio de reprodução da força de trabalho e acumulação. Aqui, o corpo não é identificado com a esfera do privado.

O capitalismo não está somente ligado ao sexismo, mas também ao racismo, já que explora sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos e imigrantes, para se fundar enquanto sistema. Há uma relação direta entre trabalho assalariado e escravidão.

Logo, a autora nos demonstra que não é possível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação. O capitalismo não se expandiu porque supria necessidades emergentes, mas sim porque construiu uma rede de desigualdade para reproduzir-se. Esse processo desenvolve-se até os dias atuais.

Este assunto é também desenvolvido por Ângela Davis em sua obra *Mulheres, raça e classe*, que expõe como as diversas opressões como racismo, sexismo e exploração de classe se entrecruzam e se combinam. Davis enfatiza a necessidade de compreensão das dimensões das relações raciais e de gênero para que se possa pôr fim às desigualdades sociais. Demonstra de forma explícita como racismo, desigualdade de gênero e de classe andam de mãos dadas na construção de um sistema social opressor.

A obra faz um apanhado histórico da situação de pessoas negras escravizadas no período pós-abolição nos Estados Unidos, a continuidade de práticas racistas durante a história e suas implicações, além de demonstrar como o movimento sufragista se relaciona com o movimento antiescravagista. Porém o foco da obra se encontra na situação das mulheres negras, alocadas em uma tripla condição de exploração: mulheres, negras e trabalhadoras.

No contexto pós-abolicionista dos Estados Unidos, com a crescente indústria e trabalho assalariado, enquanto as mulheres brancas eram gradualmente excluídas do mercado de trabalho, por exercerem tarefas como costura e artesanatos de forma manual, tarefas estas que passaram a ser produzidas em larga escala pela indústria, as mulheres negras eram submetidas ao trabalho compulsório, tratadas como unidade de trabalho e produção. O ideal de feminilidade imposto pelo nascimento do capitalismo, em que as mulheres deviam exercer o papel da maternidade e serem donas de casa, não se aplicava às mulheres negras.

Foi diante deste cenário que mulheres negras e brancas passaram a lutar contra a escravidão. A luta antiescravagista prepara as mulheres para a militância contra a ordem patriarcal vigente e conseqüentemente, para o movimento sufragista. As mulheres passaram a acreditar que o acesso ao voto igualaria as condições de existência em relação aos homens. A identidade das mulheres sufragistas – em sua esmagadora maioria brancas e de classe média – não lhes permitia enxergar a real situação da mulher negra e trabalhadora.

Diante do exposto, observo que Davis nos aponta um cenário que demonstra claramente o que Silvia Federici retratará em sua obra: o capitalismo precisou fazer um recorte de raça, gênero e classe e subjugar as mulheres ao nível mais baixo da hierarquia social para se constituir enquanto sistema socioeconômico. A partir disto, inicio o diálogo entre as autoras.

2.1 A gênese do capitalismo, mulheres e a exploração do trabalho

Silvia Federici menciona que a única possibilidade de se compreender o papel das mulheres na crise do período feudal e o motivo pelo qual seu poder precisou ser destituído para que o capitalismo se consolidasse, é retornando às lutas do proletariado medieval. É importante ressaltar o fato de que a passagem do feudalismo ao capitalismo não se deu como uma evolução natural, mas sim uma resposta violenta a um gigantesco conflito social, que envolve principalmente a questão do trabalho. Logo, não representa uma forma mais elevada de vida social.

Só é possível compreender como a história das mulheres se conecta com a história do desenvolvimento capitalista a partir do momento que deixamos de ver somente o chão de fábrica, a luta de classes, e o trabalho assalariado, e passamos a enxergar também as relações e contradições de gênero que o capitalismo produziu em seu início.

Do século IX ao século XI, a palavra camponês era sinônimo de servo. Isso aconteceu porque entre os séculos V e VII, os senhores foram forçados a conceder família e pedaços de terra aos escravos, para conter fugas e rebeliões, ao mesmo tempo em que os camponeses livres – arruinados pela expansão do trabalho escravo – buscavam proteção dos senhores, mesmo a custo de sua independência. Mesmo não sendo sob boas condições de vida e trabalho, a servidão era melhor que a escravidão. Os servos desfrutavam de certa autonomia com o acesso à terra.

Nessa comunidade servil, as mulheres obedeciam à autoridade dos senhores, assim como os homens. A diferença é que, além da autoridade dos senhores, elas respondiam à autoridade dos maridos e pais, em segunda instância. Os senhores controlavam seu trabalho, conduta sexual, e decisões matrimoniais. As mulheres estavam menos subordinadas aos homens

do que na sociedade capitalista, visto que o trabalho no feudo era organizado com base na subsistência, e não na acumulação.

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção e bens e a reprodução da força de trabalho: todo trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes da dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho.¹

A situação das mulheres diante dos homens e diante do trabalho estava sempre definida pela situação e pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais.

No fim do século XIV as formas de enfrentamento do campesinato contra os senhores feudais eram constantes. Havia várias revoltas contra regras e impostos abusivos, e fugas para feudos vizinhos com impostos menos abusivos e melhores condições de trabalho. Essas formas de resistência e luta eram comuns no feudo.

Esse processo de enfrentamento culminou em algumas vitórias e “privilégios”. Em muitas aldeias feudais os impostos foram fixados ou abolidos, prisões arbitrárias e punições foram regulamentadas, e o pagamento em dinheiro foi instituído, o que pode marcar o fim da servidão, mas dá início a uma profunda divisão social. Os camponeses mais abastados conseguiam empregar mão de obra de outros camponeses; os menos abastados, que possuíam somente o necessário à sua própria subsistência, muitas vezes não conseguiam pagar suas dívidas em dinheiro e perdiam suas terras “e parte do campesinato sofreu um processo de proletarização”.²

As mulheres em geral foram afetadas de modo muito negativo com a falta do acesso à propriedade e à renda, e no fim do século XIII eram extremamente numerosas entre o movimento de êxodo do campo. Nas cidades, vivam em condições de extrema pobreza.

Aqui, a maioria vivia em condições de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes (muitas vezes multadas por não terem licença), fiandeiras, membros de guildas menores e prostitutas. No entanto, a vida nos centros urbanos, entre a parte mais combativa da população medieval, dava-lhes uma nova autonomia social. As leis da cidade não libertavam as mulheres; poucas podiam arcar com os custos da “liberdade cidadã”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade. Porém, na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres. Embora geralmente fossem os membros mais pobres da sociedade urbana, com o tempo as mulheres ganharam acesso a muitas ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos.³

¹ FEDERICI, 2017, P. 52-53.

² FEDERICI, 2017, p. 61.

³ FEDERICI, 2017, p. 63-64.

A crescente autonomia das mulheres nesse período da história trouxe consigo a repreensão de seu modo de vida por parte do clero. Seu modo de vida era considerado indisciplinado, e elas passaram a ser alvo de perseguição da igreja, juntamente aos movimentos heréticos, que buscavam criar uma sociedade nova com base em uma reinterpretação dos preceitos religiosos, e tiveram papel fundamental na luta antifeudal. “Os hereges eram queimados aos milhares na fogueira e, para erradicar sua presença, o papa criou uma das instituições mais perversas jamais conhecidas na história da repressão estatal: a Santa Inquisição”.⁴

O movimento herege se caracterizou por uma forte orientação social e política e denunciava à população todo tipo de abuso, injustiça social e acumulação de riquezas por parte da igreja. Esta, por sua vez, acusava de heresia (dentro e fora do próprio movimento herege), qualquer forma de insubordinação política ou social.

O movimento herético em geral, ofereceu uma posição social elevada às mulheres; estas eram tratadas como iguais. A presença das mulheres nesses movimentos influencia a revolução sexual que ocorreu em seu interior. As mulheres tinham controle sobre sua função reprodutiva, e isso não era algo alheio ao conhecimento da igreja. A igreja via essa prática com certa benevolência na Alta Idade Média, especificamente por razões econômicas.

Somente quando este controle passa a ameaçar as bases econômicas e sociais, em uma crise da força de trabalho produzida pela Peste Bubônica, é que os aspectos sexuais e reprodutivos da heresia adquirem atenção central por parte da igreja. “Coincidindo com este processo, que marcou a transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas, a figura do herege se tornou, cada vez mais, a de uma mulher”.⁵ E é nesse momento histórico que a figura da bruxa se torna um grande alvo de perseguição,

A escassez da mão de obra causada pela Peste fomentou a modificação das relações de poder em benefício das classes menos favorecidas. Quando o cenário não era de falta de trabalhadores, a ordem vigente era facilmente mantida sob as ameaças de expulsão das terras. Com a abundância de terras sem trabalhadores, causada pela dizimação da população, o poder de decisão se centra nas mãos dos camponeses.

Nesse momento os camponeses conseguem ditar as condições sob as quais trabalharão. Seu trabalho é agora de alta procura. Somente pelos trabalhadores é estipulado por quanto,

⁴ FEDERICI, 2017, p. 69.

⁵ FEDERICI, 2017, p. 86.

como e quando vão trabalhar. É um momento de vitória para a classe trabalhadora. Os salários dos trabalhadores atingiram níveis nunca vistos antes, “e estes níveis salariais alcançavam também as mulheres, já que a diferença entre a renda feminina e a masculina havia diminuído drasticamente nos momentos da Peste Negra”.⁶

O desenvolvimento do capitalismo foi uma das respostas à crise do feudalismo. Com os trabalhadores em posição de vantagem, o feudalismo não podia se manter. Segundo a autora, a ideia de que o feudalismo “evoluiu” do capitalismo é por si só uma ideia equivocada, já que pressupõe que evolução significa algo melhor ou superior. Além disso, os salários elevados na crise feudal excluem a possibilidade de acumulação de riqueza capitalista. Para que ele funcione, não é o povo que deve estar em posição de vantagem.

O capitalismo se institui a partir da violência, do roubo, da escravização de povos. Quando Marx institui o termo “acumulação primitiva” para descrever a reestruturação social que decorreu a partir da crise da acumulação no feudalismo, ele parte do ponto de vista somente do trabalhador assalariado do chão de fábrica, que seria a base do processo revolucionário. Em suma, seu conceito de acumulação significa a acumulação anterior de trabalho e capital, e designa “a dissociação entre trabalhadores e meios de produção”⁷, como a fonte de riqueza do capitalismo.

Em toda sua obra, Marx não faz referência à caça às bruxas, nem à posição social das mulheres naquele momento histórico. A análise da autora, ao contrário de Marx, vai defender que: a formação do proletariado não se deve somente à escravização de povos da América e África e da expropriação do campesinato europeu de suas terras; a acumulação sujeitou as mulheres à reprodução da força de trabalho retirou-lhes poder; a acumulação primitiva não foi só de trabalho e capital, mas foi acumulação de divisões que fragmentaram a classe trabalhadora como um todo; a ascensão do capitalismo não foi um progresso histórico, mas criou outras formas de escravidão.

Definindo melhor o processo de acumulação do capitalismo:

[...] a acumulação primitiva consistiu uma imensa acumulação de força de trabalho – “trabalho morto” na forma de bens roubados, e “trabalho vivo”, na forma de seres humanos postos à disposição para sua exploração – colocada em prática numa escala nunca antes igualada na história.⁸

⁶ FEDERICI, 2017, p. 102.

⁷ FEDERICI, 2017, p. 117.

⁸ FEDERICI, 2017, p. 121.

2.2 Divisão sexual do trabalho, controle dos corpos e escravidão

Para entender a história das mulheres e como o capitalismo se apropriou de seu trabalho e de seus corpos, é necessário entender o processo da privatização da terra e a Revolução dos preços, para interconectarmos essa história com o ataque contra as mulheres, que resulta na nova ordem patriarcal.

Desde o início do capitalismo na Europa, foram dois fenômenos os principais responsáveis pela pauperização da classe trabalhadora: a guerra e a privatização da terra. A guerra e a reforma religiosa são formas de expropriação de terras. As da igreja foram confiscadas durante a Reforma, o que fez com que a classe alta expropriasse, de forma massiva, os trabalhadores de suas terras.

Os cercamentos – entendidos como um grande conjunto estratégico que visava a eliminação do uso comum da terra e a expansão das propriedades dos fazendeiros ricos – só findaram no século XVIII. Todo esse processo resultou na grande reserva de produtos e alimentos para exportação, mas aumentou a fome entre a população pobre; processo que se reflete até os dias atuais. Foi uma perda grande e em diferentes escalas para o campesinato, já que além de espaço de trabalho e sobrevivência, era um espaço de sociabilidade; e em especial, para as mulheres, que, “tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade”.⁹

A situação das mulheres foi debilitada de forma muito específica: os jovens abandonavam suas casas para se unir aos trabalhadores itinerantes, ou aos vagabundos, não havia terra para cultivo ou criação de animais; como as mulheres não contavam mais com as terras ou o apoio dos filhos, e muitas vezes dos maridos, estavam abandonadas à própria sorte, vivendo à base de furtos ou atraso de dívidas. Algo que está “bem documentado nos escritos sobre a caça às bruxas. Eles mostram que as discussões relacionadas aos pedidos de ajuda, à entrada de animais sem autorização em propriedades alheias e à inadimplência de aluguéis estavam por trás de muitas acusações”.¹⁰

A expropriação de terras também tem maior efeito sobre as mulheres porque é mais difícil para elas se exporem à vida de trabalhadoras migrantes, ou “vagabundas”, pois, diferentemente dos homens a exposição à violência masculina nas ruas é um fator importante. Por este motivo, assim que começaram a acontecer as revoltas, as resistências e os motins contra

⁹ FEDERICI, 2017, p. 138.

¹⁰ FEDERICI, 2017, p. 139.

os cercamentos, as mulheres estavam presentes, mesmo sob ameaças de punições (o que antes não era algo comum, pois as mulheres estavam sob proteção legal de seus maridos; era como se elas estivessem acima da lei).

O ponto mais importante para se entender o domínio patriarcal e a posição social à qual as mulheres foram submetidas, é o fato de que, exatamente no momento em que o trabalho era absolutamente desvalorizado em termos monetários, as mulheres foram confinadas ao trabalho reprodutivo. A economia de subsistência não mais existia, e a monetização do trabalho definiu como atividade criadora de valor, somente aquela que produzia bens e materiais para o mercado, ou seja, aquilo que era produzido para o uso. Logo, a atividade reprodutiva passa a ser um não-trabalho.

Cabe lembrar que a questão ultrapassa as fronteiras, Angela Davis, por exemplo, nos mostra que também no contexto estadunidense no início do século XIX, a crescente industrialização tornou o trabalho feminino da esfera doméstica, antes considerado trabalho produtivo e essencial, em algo obsoleto. O capitalismo industrial minou a condição social das mulheres e corroborou, só que de maneira subvertida, a ideia de que o espaço que a mulher deve ocupar é o da casa e da família. A economia deixa de se centrar na casa e se torna domínio da indústria. É um ciclo que se iniciou na Idade Média e se repete ao longo de todo o desenvolvimento capitalista.

A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para acumulação de trabalho não remunerado.¹¹

O processo de monetização do trabalho significou a degradação social das mulheres, desvalorização do trabalho reprodutivo e da força de trabalho. Os trabalhadores podiam agora ser despedidos e abandonados, sem nenhuma conexão às terras, quando o trabalho não é produtivo o suficiente, além de abrir espaço à diminuição dos salários, que ditavam sob quais condições os trabalhadores seriam explorados.

Um novo processo de proletarização aconteceu na Europa na alta Idade Média: com a circulação dos metais nobres os preços dos alimentos dispararam e isso afeta, principalmente, os

¹¹ FEDERICI, 2017, p. 145-146.

trabalhadores que não possuem mais terra. O que era anteriormente produzido, agora precisa ser comprado. O novo sistema de mercado estimula a importação e a exportação e enquanto os produtores acumulam e estocam bens e alimentos, a maior parte da população morre de fome. Nesse momento, além de os salários caírem em porcentagem, também perdem seu poder de compra. A classe trabalhadora foi exponencialmente empobrecida.

O colapso do salário foi especialmente desastroso para as mulheres. No século XIV, as mulheres recebiam metade da remuneração de um homem para realizar a mesma tarefa; mas, em meados do século XVI, estavam recebendo apenas um terço do salário masculino (que já se encontrava reduzido) e não podiam mais se manter com o trabalho assalariado, nem na agricultura, nem no setor manufatureiro, um fato que, sem dúvida, é responsável pela gigantesca expansão da prostituição nesse período.¹²

A ascensão do capitalismo não só piora as condições de vida das mulheres em subsistência e trabalho, como também mantém o controle sobre seus corpos e é o grande responsável por uma forma absoluta de degradação e sujeição, que é a prostituição. O capitalismo degrada a vida das mulheres em todas as instâncias.

A transição para o capitalismo inaugurou um período tão massivo de fome para os trabalhadores da Europa que alguns agricultores do nordeste da Itália acreditavam que as bruxas vagavam a noite pelos campos para se alimentar de seu gado. Foi um período de fome tão intensa que a maioria das pessoas também acreditava que “os pobres vendiam sua alma para o diabo para que ele lhes ajudasse a conseguir alimentos”.¹³ A pobreza e a fome se voltavam de diferentes formas contra algumas minorias sociais.

Por serem as mais afetadas pelas baixas dos salários e os altos preços, muitas vezes eram as mulheres quem lideravam revoltas e motins por comida. Dessa forma, o período latente de fome causado pelo surgimento do capitalismo se conecta com a acusação da existência do místico, do desconhecido e do mal, que se personificava, muitas vezes, na figura do feminino, ou da bruxa.

É importante estabelecermos a forma como esse contexto na Europa se conecta com o contexto da colonização e escravização de povos nas Colônias, que vamos tratar mais adiante. A invasão colonial europeia trouxe morte à América. A população nativa indígena diminuiu exponencialmente no século posterior à conquista, devido às doenças, expulsão, assassinatos e escravização.

¹² FEDERICI, 2017, p. 151.

¹³ FEDERICI, 2017, p. 155.

A crise populacional posterior à Peste na Europa transformou a reprodução e o crescimento populacional em assuntos de Estado. Este foi um dos aspectos da caça às Bruxas: o Estado precisou quebrar o controle feminino sobre a reprodução e regular a procriação nesse momento de crise. Como cita a autora, não é mera coincidência que nesse exato momento o Estado introduza punições severas para castigar mulheres que ele mesmo considere culpadas de crimes reprodutivos.

A Reforma Protestante reitera a preocupação com a diminuição do crescimento populacional. “Rejeitando a tradicional exaltação cristã da castidade, os reformadores valorizavam o casamento, a sexualidade e até mesmo as mulheres, por sua capacidade reprodutiva”.¹⁴ Neste momento a família enquanto instituição tem importância fundamental, já que assegura a reprodução da força de trabalho e a transmissão da propriedade privada. Simultaneamente, o Estado passa a supervisionar a vida familiar, a procriação e a sexualidade da população.

O Estado lança uma guerra contra as mulheres com vistas à quebra de seu controle sobre seus corpos e seu controle reprodutivo. O grande elemento dessa guerra foi a caça às Bruxas, que perseguiu mulheres e impôs penas severas (principalmente diferentes penas de morte) à diferentes formas de contracepção, aborto e infanticídio; mesmo quando as mulheres não tinham culpa alguma.

As mulheres eram vigiadas e inspecionadas de todas as formas imagináveis; por meio de sistemas de espionagem e penalidades à mulheres grávidas e solteiras, penalidades à mulheres que davam a luz a filhos natimortos, vigilância e delação por parte das parteiras, que o Estado fez de espãs, sob penalidade de suspensão da prática, e vigilância das práticas sexuais das mulheres em geral.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.¹⁵

Na América, após o fim do tráfico de escravos, as mulheres negras foram forçadas pelos senhores a reproduzir a força de trabalho. É importante citar esta semelhança e também a

¹⁴ FEDERICI, 2017, p. 171.

¹⁵ FEDERICI, 2017, p. 178.

gritante diferença que separa as mulheres negras, das mulheres europeias: as escravas eram expostas diretamente à agressões sexuais e tinham seus filhos arrancados de si para serem vendidos às famílias às quais prestariam serviço posteriormente.

Segundo Angela Davis em *Mulheres, raça e classe*, a capacidade reprodutiva das mulheres negras passou a ser valorizada a partir do momento em que o tráfico internacional de escravos foi proibido. Para repor a mão de obra escrava, que não podia mais ser importada, os senhores precisavam que as escravas em sua posse fossem férteis. Seus úteros, assim como sua própria mão de obra, estavam a serviço do capitalismo.

As escravas eram reprodutoras, e não mães. Mais uma vez, o ideal de maternidade do século XIX não se aplicava a elas. Elas eram “apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava”.¹⁶ Suas crianças eram retiradas e não tinham nenhum direito legal sobre elas. Assim como as mães, as crianças escravas poderiam ser vendidas em qualquer idade.

Davis expõe que assim como às mulheres negras não se estendiam os ideais de feminilidade e de maternidade, aos homens negros não se estendia a supremacia masculina e o ideal de chefe de família, já que toda a família – homens, mulheres e crianças – eram provedores para os seus senhores. Só se diferenciavam homens de mulheres quando se falava de reprodução da mão de obra, e de punições, pois além de açoitadas e mutiladas (como os homens), as mulheres podiam ser estupradas.

As mulheres e as crianças eram tão empregadas no trabalho escravo quando os homens porque seu custo de manutenção é muito menor que o custo de um homem adulto. Logo, os senhores reduziam substancialmente os custos com mão de obra, empregando mulheres e crianças.

O ideal de feminilidade, tão presente no período de industrialização dos Estados Unidos, produzia uma dicotomia que criava um abismo entre mulheres negras e brancas: enquanto as atividades têxteis e artesanais das mulheres brancas se tornaram obsoletas pelos maquinários que produziam em larga escala nas fábricas, e a elas era relegada a esfera privada da vida, o domínio da casa e da família, juntamente com a ideia de mãe e dona de casa, às mulheres negras sobrava o trabalho compulsório; não se aplicava a elas os novos papéis sociais ou a divisão sexual do trabalho. A comunidade escrava estava muito longe dos novos papéis dominantes da nova ideologia exposta por Federici e presente na Europa.

¹⁶ DAVIS, 2016, p. 19.

Mas, por conseguinte, em ambos os casos transforma-se o corpo feminino em terreno de trabalho, em maquinário de exploração e reprodução da força trabalhista, completamente fora do controle de suas próprias donas. A reprodução e a procriação deixam de ser um aspecto puramente biológico e se torna interesse público, na esfera pública da vida, visto que o Estado teve que recorrer à coerção para aumentar a força de trabalho. As mulheres foram alienadas de seus corpos e do fruto de seu trabalho.

O controle do Estado sobre a reprodução tem consequências diretas na organização capitalista do trabalho. Ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos e ao criminalizar a contracepção, o Estado subjuga a maternidade à condição de trabalho forçado e as mulheres ao trabalho “improdutivo”, ou trabalho doméstico. Na nova divisão sexual do trabalho exposta por Federici, a mulher se reduz a máquina de reprodução para o Estado.

Na Baixa Idade Média, as mulheres haviam perdido espaço em vários tipos de trabalho na esfera pública, e ganhava espaço a ideia de que as mulheres deviam se dedicar às tarefas domésticas e ajudarem seus maridos; todo e qualquer trabalho que se originasse de mulheres não possuía valor, mesmo sendo trabalho voltado pro espaço externo da casa e da família, como por exemplo, um pequeno serviço prestado à um conhecido ou desconhecido. Todo trabalho feminino foi reduzido a “não trabalho”. Trabalho feminino era não produtivo e trabalho masculino era produtivo.

Já as mulheres negras são inseridas na esfera do trabalho de forma coercitiva. Como expõe Davis, no período escravista na América, este fato é um reflexo dos primeiros anos de escravidão, onde o corpo feminino era tomado como unidade de trabalho. As mulheres negras eram submetidas ao trabalho forçoso, eram unidades de trabalho lucrativas. Ao contrário do que se acredita pela difundida ideia da trabalhadora doméstica negra, da ama de leite, da arrumadeira, as mulheres escravas eram predominantemente trabalhadoras agrícolas.

Ao passo que todo trabalho feminino se transformava em “trabalho doméstico” na Europa, a instituição do casamento se tornava uma espécie de meta de vida a ser atingido por todas as mulheres. A ideia de que era impossível às mulheres sobreviverem sozinhas era difundida. “Somada à expropriação de terras, essa perda de poder com relação ao trabalho assalariado levou à massificação da prostituição.”¹⁷ A prostituição se tornou meio de subsistência de uma parte massiva das mulheres no fim da Idade Média, entretanto, sua aceitação desaparece. Primeiro, a prostituição sofre algumas represálias e restrições, e depois, é totalmente criminalizada. Nos deparamos com um cenário onde o Estado cria uma situação

¹⁷ FEDERICI, 2017, p. 184.

de exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido, e depois repreende suas consequências.

Paralelamente a isso, outro aspecto importante da escravidão segundo Angela Davis é a forma como a família negra foi definida. Se por um lado, Na Europa, o casamento era um ideal a ser atingido, no período escravista dos Estados Unidos, família inteiras eram separadas. Os registros de nascimento das crianças filhas de escravos possuíam somente o nome da mãe e omitiam o do pai; muitas das crianças eram filhas dos próprios senhores. A família negra se tornou matriarcal pela privação da figura masculina e paterna que escravidão exigia como condição para se manter. No Sul escravista dos Estados Unidos, a criança herdava da mãe a condição de escrava. As mulheres negras desenvolveram uma autossuficiência coagidas pela necessidade.

Enquanto o capitalismo construía, de um lado (o lado branco), a ideia de uma família nuclear, centrada em valores cristãos e na divisão sexual do trabalho, do outro lado (o lado negro), forçava a separação de famílias inteiras por meio da venda de escravos.

É verdade que a vida doméstica tinha uma imensa importância na vida social de escravas e escravos, já que lhes propiciava o único espaço em que podiam vivenciar verdadeiramente suas experiências como seres humanos. Por isso – e porque, assim como seus companheiros, também eram trabalhadoras –, as mulheres negras não eram diminuídas por suas funções domésticas, tal como acontecia com as mulheres brancas. Ao contrário dessas, aquelas não podiam ser tratadas como meras “donas de casa”.¹⁸

Segundo Davis, o trabalho doméstico para a comunidade escrava, ao contrário do que significou para as pessoas brancas, se torna um espaço de autonomia; é um trabalho significativo, que não é reivindicado pelo opressor.

De um lado, as mulheres negras sustentavam a desigualdade, por serem atravessadas pela intersecção das opressões, e de outro, sustentavam a igualdade em meio à opressão, quanto a seu papel dentro de seus lares. As mulheres resistiam de forma combativa. Resistiam contra os abusos sexuais e na tentativa de proteger suas famílias e suas crianças.

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres. Mais uma vez, é

¹⁸ DAVIS, 2016, p. 29.

importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas.¹⁹

De acordo com Davis, o estupro na comunidade escrava, cumpre uma função assim como cumpriu na sociedade Europeia pré-capitalista denunciada por Federici: era uma arma de dominação. Com o estupro, forja-se uma arma massiva de terror; coloca, nesse caso, as mulheres negras em seu devido lugar. O estupro não era apenas uma expressão dos vis impulsos sexuais dos proprietários de escravos. Era um modo de tentar quebrar a resistência feminina e lembrar as mulheres escravas de sua condição de fêmeas e reprodutoras.

Na Europa pré-capitalista as prostitutas sofriam várias formas cruéis de reprimendas; flagelos, torturas, humilhações públicas, violência sexual e prisões. A criminalização da prostituição e a exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente aceito estão intrinsecamente relacionados com a ascensão da família enquanto lugar produtivo da força de trabalho, ou seja, como lugar que reproduz os trabalhadores para o Estado e que guarda a figura da dona de casa. “Ademais, a criminalização da prostituição – que castigou a mulher, mas quase não teve efeitos sobre seus clientes homens – reforçou o poder masculino.”²⁰

A autora nomeia a nova divisão sexual do trabalho de “apropriação primitiva”, onde as mulheres se tornam bens comuns, já que seu trabalho agora é visto como uma espécie de recurso natural. Essa nova divisão oculta as mulheres enquanto trabalhadoras e dá aos homens livre acesso a seus corpos. “Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada.”²¹ O ponto importante, que não podemos deixar escapar ao nosso entendimento, é que a subordinação das mulheres aos homens cresce de maneira exponencial, já que seu acesso à terra lhes foi negado e seu trabalho foi definido com não-trabalho, e é agora de livre acesso.

Outra questão essencial, é a dominação patriarcal sobre o salário, que envolve diretamente a família e sua forma no fim da Idade Média. A família se torna instituição política, onde o marido torna-se representante do Estado, fazendo valer sua autoridade sobre as classes subordinadas, que são a mulher e os filhos. Alguns tipos de trabalhadores, como comerciantes, e trabalhadores da indústria artesanal, levavam sua ocupação trabalhista para casa, e muitas vezes, suas mulheres eram encarregadas desse trabalho excedente, mesmo que não recebessem por ele.

¹⁹ DAVIS, 2016, p. 35-36.

²⁰ FEDERICI, 2017, p. 197.

²¹ FEDERICI, 2017, p. 191.

Comumente, o marido recebia o salário da mulher em diferentes contextos. Uma trabalhadora recém-casada também tinha o seu salário direcionado ao marido. Simultaneamente, o trabalho doméstico nesta época estava, de certa forma, limitado. As mulheres eram encarregadas dos afazeres da casa e do cuidado com a família, mas precisavam sobreviver, logo, exerciam inúmeras funções e serviços.

O modelo de família tão valorizado pelo capitalismo atual só teve início no século XIX “como resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial”²², onde o trabalho reprodutivo e os afazeres domésticos viraram quase uma regra para as mulheres, e a limitação da empregabilidade de mulheres e crianças nas fábricas foi crescente.

Agora falemos do novo modelo ideal de feminilidade que surgiu a partir do século XVII. Para que surgisse o novo modelo de mulher e esposa ideal, foi necessário que o Estado empreendesse uma guerra histórica contra as mulheres. O processo de degradação social durou séculos. Perderam direito ao trabalho, direitos básicos sociais como andar desacompanhadas na rua, de falar por si mesmas ou de morarem sozinhas.

As mulheres eram acusadas de serem emocionais demais, desbocadas e desobedientes; não tinham direito à fala. Novas leis e regulamentações de tortura foram, por toda parte na Europa, instituídas a fim de controlar o comportamento das mulheres em todos os ambientes,

Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamentos, ao passo que se instaurava a pena de morte para mulheres condenadas por adultério. [...] No caso das mulheres europeias, foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social.²³

Esse enorme processo de terrorismo e tortura por parte do Estado, essa derrota histórica, foi a grande responsável pelo novo modelo de feminilidade ao qual nos referimos: desaparece a ideia da mulher insubordinada, puta, bruxa, demoníaca, mandona, desbocada (ideia essa que foi difundida somente para que sua derrota acontecesse), e surge em seu lugar a ideia da mãe de família, cuidadora, passiva e esposa ideal. As mulheres passaram a ser retratadas como seres morais e castos, possuidoras do instinto materno. Essa ideia assegura que as mulheres permaneçam exatamente onde elas estão. Na esfera privada da vida.

²² FEDERICI, 2017, p. 195.

²³ FEDERICI, 2017, p. 203.

2.2.1 Escravização de povos, colonização, trabalho e racismo

A colonização e escravização dos povos negros e ameríndios movimentou o mercado europeu. Uma parte muito importante do desenvolvimento capitalista se apoia no trabalho não remunerado dos escravos nas *plantations*, que aumentou a exportação e, junto com a mineração de ouro e prata, girou o mercado europeu. Paralelamente ao crescimento da escravidão, crescia também a força de trabalho assalariada europeia.

Com a expansão do mercado e da economia da Europa, mais mão de obra assalariada era necessária, e mais escravos precisavam trabalhar nas *plantations* para atender a demanda do mercado do outro lado do mundo. Esses dois tipos de trabalhadores estavam interconectados pela exploração massiva que sofriam – em diferentes níveis -, e cada vez mais, tornavam o trabalho assalariado dependente da escravidão; da mesma forma como dependente do trabalho feminino não remunerado.

A Conquista e o

tráfico de escravos foi uma desgraça histórica para os trabalhadores europeus. Como vimos, a escravidão (bem como a caça às bruxas) foi um imenso laboratório para experimentação de métodos de controle do trabalho que logo foram importados à Europa. A escravidão afetou também os salários e a situação legal dos trabalhadores europeus: não pode ser coincidência que foi só quando terminou a escravidão que os salários na Europa aumentaram consideravelmente e os trabalhadores europeus conquistaram o direito de se organizar.²⁴

A Conquista do Novo Mundo trouxe consigo rumores de uma terra milagrosa, próspera, de liberdade, e de coletividade, como nas terras comunais, já extintas. A poucas pessoas foram permitidas a migração à América, devido ao medo de uma suposta colaboração dos imigrantes com a população local. O que os conquistadores precisavam era escravizar os povos, e não que a população europeia cooperasse com eles. Logo, a migração e as embarcações foram muito bem vigiadas.

Algumas pessoas fugiram para viver com os indígenas, foram pegos e executados como traidores. Uma parte do proletariado europeu era enviada ao Novo Mundo para cumprir uma pena de “servidão por dívida”, e trabalhavam lado a lado aos escravos africanos. A hostilidade desses servos pelos seus senhores era tão grande quanto a dos escravos, e juntos, eram vistos como um grupo perigoso. Muitos servos foram pegos juntos aos escravos em planos de

²⁴ FEDERICI, 2017, p. 209-210.

conspiração; e os senhores, ao perceberem o constante perigo de rebeliões, iniciaram um processo de hierarquia racial.²⁵

Foram aprovadas leis que privaram os africanos de direitos civis que, anteriormente, lhes haviam sido concedidos, como a cidadania, o direito de portar armas e o direito de fazer declarações ou de buscar ressarcimentos perante um tribunal pelos danos que pudessem sofrer. O ápice do processo de hierarquização racial ocorreu quando a escravidão foi transformada em condição hereditária e foi dado aos senhores de escravos o direito de espancá-los e matá-los. Além disso, os casamentos entre negros e brancos foram proibidos. Mais tarde, depois da Guerra de Independência dos Estados Unidos, a servidão dos brancos por dívidas, considerada um vestígio do domínio inglês, foi eliminada.²⁶

Dessa forma, a sociedade se torna majoritariamente escravista. A solidariedade e empatia entre pessoas negras e brancas desaparecem. Essa é uma peça central para concluir o que parece ser um projeto de escravização nas Colônias.

O racismo foi um processo imposto e regulamentado. Relações íntimas entre negros e brancos eram absolutamente proibidas. Muitas mulheres brancas provindas de famílias de baixa renda eram enviadas às colônias para cumprir pena de servidão por dívida. Muitas constituíam família e geravam filhos de homens negros. Seus filhos eram retirados e escravizados pelo resto de suas vidas. A legislação sobre as relações interétnicas foi tão ferrenha que conseguiu reviver, em um momento em que a caça às bruxas se enfraquecia na Europa, “os tabus que rodeavam as bruxas e os demônios negros”.²⁷

Foram separados índios, negros, mulatos e demais mestiços da população branca, e a raça se tornou um fator-chave na transmissão da propriedade. Aos homens das tribos indígenas colonizadas foram passados ensinamentos sobre a superioridade masculina, o valor da propriedade, e como castigar mulheres e filhos.

Até a abolição total do tráfico de escravos, homens e mulheres estavam sujeitos ao mesmo grau de exploração. As mulheres trabalhavam nos campos tanto quanto os homens, e estavam sujeitas ao mesmo nível de punições, mesmo quando estavam grávidas. Na escravidão, as mulheres compartilhavam com os homens um duro grau de igualdade, quando se fala de trabalho. Porém, quando falamos de forma de tratamento, as mulheres recebiam menos comida, estavam sujeitas a abusos sexuais e muitas vezes perdiam seus filhos em seus ventres, devido aos castigos físicos.

²⁵ FEDERICI, 2017, p. 213-214.

²⁶ FEDERICI, 2017, p. 214.

²⁷ FEDERICI, 2017, p. 218.

No que dizia respeito ao trabalho, segundo a obra de Davis,

a força e a produtividade sob ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.²⁸

Silvia Federici expõe que no Caribe e nos Estados Unidos, quando o comércio de escravos foi abolido, instituiu-se uma nova política de criação de escravos e as mulheres escravas passaram a ter seus hábitos reprodutivos totalmente controlados. No entanto, essa política fracassou devido à resistência das mulheres em recuperar o controle de seus corpos, quando se recusavam a procriar.

As mulheres escravas também tentaram recuperar sua autonomia no campo econômico, produziam nos pequenos espaços de terra que podiam viver e cultivar (as chamadas “roças”) para que pudessem se sustentar. Muitas vezes esses pequenos cultivos eram vendidos no mercado. No Caribe, as mulheres escravas foram construindo para si um pequeno espaço dentro da economia vigente na escravidão.

Apesar da legislação que tentava evitar com que as mulheres vendessem seus cultivos no mercado, as mulheres continuaram expandindo suas atividades de tal modo que basicamente detinham o monopólio do mercado nas ilhas caribenhas, fomentando o processo de emancipação da escravidão, antes mesmo de seu fim oficial. “Não é de se surpreender que elas fossem vistas como o coração da comunidade escrava”.²⁹

No período pós-abolicionista exposto por Angela Davis, nas fábricas têxteis dos Estados Unidos, no início do século XIX, as mulheres eram a maioria da mão de obra operária. A maioria delas estava na faixa etária de 15 a 30 anos, viviam em alojamentos comandados e vigiados por mulheres mais velhas, submetidas a rígidas regras de conduta e jornadas de trabalho de até dezesseis horas por dia. As condições dos seus alojamentos eram desumanas e lhes causavam inúmeras doenças e desconfortos.

Essas mulheres eram filhas de agricultores locais recrutadas para o trabalho industrial. Nos anos 1840, muitas imigrantes passam a fazer parte dessa mão de obra, e, diferentemente das filhas dos agricultores locais, não possuíam terras e não tinham com quem contar. Com a

²⁸ DAVIS, 2016, p. 19.

²⁹ FEDERICI, 2017, p. 230.

piora gradual das condições de trabalho, essas mulheres, unidas, formavam a militância operária dos Estados Unidos. O que a Europa Medieval e os Estados Unidos do século XIX têm em comum é a ardente necessidade de uma revolta organizada por parte dos trabalhadores e principalmente, das mulheres.

Após o longo período de escravidão, dentro segunda metade do século XIX, uma maioria esmagadora de mulheres negras ainda realizavam o mesmo tipo de serviço que realizavam em seu período de servidão. Trabalhavam na agricultura, nos serviços domésticos e em lavanderias. A escravidão foi abolida por lei, mas o racismo e o lugar do negro não foram questões de primeira ordem em uma sociedade escravocrata. A mulher negra ficou sem lugar social, logo, se submetia ao mesmo tipo de trabalho em busca da subsistência.

Uma quantidade muito ínfima dessas mulheres conseguia trabalho na crescente indústria manufatureira, mas realizavam os trabalhos mais pesados, encaravam péssimas condições de trabalho, e pelos menores salários. Muitas continuavam trabalhando na terra de seus antigos proprietários que alegavam dívidas da época de sua servidão.

Paralelamente a essa situação, havia o sistema de contratação de pessoas encarceradas, que redesenhava o sistema escravocrata. Deter homens e mulheres negras virou um objetivo a ser cumprido, para que sua mão de obra fosse cedida aos proprietários de terra como mão de obra gratuita. Esse sistema não diferenciava a mão de obra das mulheres da dos homens, e mais uma vez, as mulheres estavam suscetíveis aos abusos sexuais por parte dos homens brancos.

Desde a Reconstrução até o presente, as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideraram o abuso sexual cometido pelo “homem da casa” como um dos maiores riscos de sua profissão. Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para sua família.³⁰

Logo, no período pós escravidão, as mulheres estavam divididas entre o trabalho no campo, - muitas entregues pelo sistema carcerário – e o trabalho doméstico nas casas dos proprietários de terras. “Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas.”³¹ Além de lidar com as condições de trabalho, com as extensas jornadas, com os ínfimos salários, as mulheres tinham que lidar com seus abusadores (e com o descrédito da justiça!) que viviam sob o mesmo teto que elas mesmas.

Quase ao fim da primeira metade do século XX, existiam mercados (em uma configuração muito parecida com os mercados de leilões de escravos) onde mulheres negras se

³⁰ DAVIS, 2016, p. 99.

³¹ DAVIS, 2016, p. 98.

dirigiam na esperança de encontrar trabalho. As mulheres brancas frequentavam esses lugares para escolher mulheres negras que seriam suas serviçais.

Somente com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, em um cenário onde as mulheres sustentaram a economia de guerra, é que o número de mulheres negras em trabalhos industriais aumentou. Muitas mulheres negras permaneciam presas aos trabalhos domésticos, mas o número de trabalhadoras na indústria dobrou.

Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance. Durante os primeiros anos do novo século, as ideias racistas ganharam influência como nunca. A atmosfera intelectual – mesmo nos círculos progressistas – parecia estar fatalmente contaminada por noções irracionais sobre a superioridade da raça anglo-saxã. Essa crescente promoção da propaganda racista era acompanhada por uma promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina.³²

Como vimos, o capitalismo cria, em sua gênese, uma divisão sexual do trabalho, e uma divisão internacional do trabalho, que foi uma divisão dentro da própria força de trabalho. Em ambos os casos, tudo isso foi um enorme impulso à acumulação capitalista. O capitalismo celebra as divisões que produz pois são basilares para sua sustentação.

O capitalismo se desenvolve sobre a tentativa de transformar em força de trabalho todas as potencialidades dos indivíduos. Esse processo fez com que as pessoas identificassem o trabalho como algo pertencente à ordem natural. Foi o que Foucault chamou de “disciplinamento dos corpos”. Porém, não foi sempre assim. A figura do trabalhador que oferece livremente sua força de trabalho ao possuidor dos meios de produção só foi possível graças a um longo processo de disciplinamento do trabalho capitalista.

No período de acumulação do capital, os trabalhadores camponeses expropriados de suas terras preferiam virar criminosos, vagabundos e mendigos a aceitar a sujeição às novas formas de trabalho; o que é algo compreensível, já que estes produziam e cultivavam para sua própria subsistência. “Seria necessário um longo processo para produzir mão de obra disciplinada”.³³

A resposta do capitalismo a essa primeira grande crise foi um massivo regime de terror, introduzido inicialmente pela imposição de novas leis e aumento de penas, e posteriormente pela imposição de uma disciplina comportamental voltada ao indivíduo, e não

³² DAVIS, 2017, p. 127.

³³ FEDERICI, 2017, p. 245.

necessariamente ao trabalhador. Todo e qualquer comportamento que não conduzisse a uma disciplina de trabalho ou que fosse considerado uma forma improdutiva de sociabilidade, era condenado. Nudez, jogos, xingamentos, consumo de bebidas, tudo isso fazia parte do rol de comportamentos censuráveis para a nova disciplina capitalista.

O controle dos corpos era necessário para que as ameaças de distúrbios sociais e revoltas fossem minadas.

Pois, enquanto o corpo é a condição de existência da força de trabalho, é também seu limite, já que constitui o principal elemento de resistência à sua utilização. Não era suficiente, então, decidir que em si mesmo o corpo não tinha valor. O corpo tinha que viver para que a força de trabalho pudesse viver.³⁴

Tanto no contexto europeu exposto por Silvia Federici quanto no contexto pós-abolicionista dos EUA tratado por Angela Davis, o racismo e o sexismo criavam raízes estreitas, que claramente, como demonstrado ao longo de todo o capítulo, implicavam direta e intimamente a questão de classe. O conjunto das opressões e o controle dos corpos serviam a uma lógica dominante, à uma lógica racional do trabalho e do capital, onde não havia espaço para se pensar em questões sociais, mesmo após longas consequências históricas.

2.3 A Caça às Bruxas

A sociedade pré-capitalista medieval era marcada por uma crença na magia e no corpo como um receptáculo de poderes mágicos, que regulavam o comportamento social dos indivíduos. Essa visão do mundo não admitia separação entre a matéria e o espírito, o corpo era como um macrocosmo composto por vários microcosmos; sendo o próprio corpo e espírito, parte de uma realidade maior. Existia uma variedade de práticas, como a adivinhação, o uso de feitiços e a cura, que faziam parte dessa crença.

Essas práticas e saberes foram fortemente reprimidas e perseguidas, já que sua erradicação era uma das condições para que ascendesse a racionalização capitalista do trabalho. A magia era vista como uma forma de se conseguir algo ou alcançar um objetivo de forma mais fácil, que não fosse por meio do trabalho. Uma concepção de cosmos onde há dias específicos para algumas atividades e não para outras, ou onde se acredita em determinados poderes e habilidades em cada indivíduo particular, é incompatível com a nova ordem do trabalho capitalista.

³⁴ FEDERICI, 2017, p. 255-257.

Esses são os motivos pelos quais o Estado investiu brutalmente em uma campanha de terror contra as práticas mágicas: elas eram incompatíveis com a disciplina do trabalho capitalista exigidas para um efetivo controle social. As bruxas foram principal alvo dessa campanha. Mesmo que suas práticas e costumes não tivessem malefícios sobre indivíduos particulares. A caça às bruxas foi “o ponto culminante da intervenção estatal contra o corpo proletário na Era Moderna”.³⁵ A necessidade de mecanização do corpo proletário e a reflexão sobre como fazer esse corpo trabalhar, eram questões urgentes.

A maior parte das vítimas dos dois séculos de história da caça às bruxas foram mulheres camponesas. Isso explica a banalização da história desse grande evento e o esquecimento ao qual ele ficou relegado por tanto tempo, mesmo sendo um aspecto importante e fundamental para a história da luta de classes.

É importante ressaltar que a Igreja Católica não foi a única responsável pela caça às bruxas. É claro que a Igreja estimulou sua perseguição com a Inquisição, com as bulas papais e com toda a sua história de misoginia contra as mulheres. Mas, a caça às bruxas foi principalmente uma campanha do Estado para enfraquecer e controlar o campesinato que já se encontrava totalmente desestabilizado pela expropriação das terras, controle da vida social e aumento dos impostos. E ao contrário do que se acredita, a caça à bruxas se inicia somente no início da Idade Moderna. Somente a história que a possibilita tem data anterior à esse período, como vimos anteriormente.

A Idade Média basicamente não tem relatos de perseguição massiva às bruxas. “A caça às bruxas alcançou seu ápice entre 1580 e 1630, ou seja, numa época em que as relações feudais já estavam dando lugar às instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil”.³⁶ Nesse período, a bruxaria foi declarada um crime capital, punível com pena de morte. A caça às bruxas, além de cumprir o objetivo do controle social direto, também cumpriu o objetivo de instaurar um pânico em massa entre a população, na expectativa de não repetição de certos comportamentos, e de distanciamento destas perigosas mulheres.

A Inquisição não fez nada sozinha; o auxílio do Estado sempre foi necessário para que as execuções acontecessem, já que a Igreja não queria levar, sozinha, o mérito de toda a violência e derramamento de sangue. Além disso, a caça às bruxas se configurou como uma política combinada de genocídio, unificando interesses do Estado, da Igreja Católica e Protestante.

³⁵ FEDERICI, 2017, p. 262.

³⁶ FEDERICI, 2017, p. 297.

Se consideramos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura.³⁷

Tendo em vista que a acusação de bruxaria passou a dispensar qualquer tipo de dano comprovado a pessoas e a coisas, podemos identificar que a caça às bruxas não levava como parâmetro a prática de crimes, mas foi injustamente criminalizado, em nome da ordem social ditada pelo capitalismo emergente. É como se a caça às bruxas fosse um sistema de barragem de qualquer forma de protesto por parte das mulheres.

As pessoas que se envolviam em rituais de magia popular eram majoritariamente pobres, das classes mais baixas e marginalizadas, que lutavam contra as ameaças de um sistema que as suprimia social e economicamente, buscando o bem, a saúde, buscavam ter esperança em algo superior e não material; para o capitalismo, essa conexão com a natureza e a ideia de que existem alguns poderes que não podem ser explorados, é um obstáculo para a lógica de poder. “O mundo devia ser “desencantado” para ser dominado”.³⁸

Quando o ataque à magia já estava em seu auge (por volta do século XVI), as artes mágicas foram marcadas como uma forma de conspiração demoníaca, por estarem no ápice justamente em um momento de intensas crises e lutas sociais; e as mulheres eram o alvo mais provável.

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades – como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social, e possivelmente, para subverter a ordem constituída.³⁹

O *Malleus Maleficarum*, o guia medieval de caça às bruxas, informa que

não há dúvida que o demônio só utiliza os bruxos para causar danos e destruição. Mas quando se deduz que não devemos castigá-los, só porque atuam como instrumentos, e não movidos por sua vocação, senão a vontade e o prazer do agente principal, existe uma resposta: porque são instrumentos humanos e livres agentes, e ainda que assinaram um contrato com o demônio, gozam de liberdade absoluta; como se sabe por suas próprias revelações - e falo de mulheres convictas queimadas na fogueira, estimuladas à vingança, ao mal e ao dano, se queriam escapar dos castigos e golpes infligidos pelo demônio, - tais mulheres colaboram com o demônio, e mesmo estando unidas

³⁷ FEDERICI, 2017, p. 305.

³⁸ FEDERICI, 2017, p. 131.

³⁹ FEDERICI, 2017, p. 314.

a ele pela profissão na qual desde o começo se entregaram a seu poder livre e voluntariamente.⁴⁰

As mulheres são marcadas como aquelas que conspiram com o demônio na prática de artes malignas:

Chegamos, pois, à conclusão, de que a verdade católica é a de que, para provocar esses males que constituem o tema da discussão, as bruxas e o demônio sempre trabalham juntos, e no que se refere a estes aspectos, um nada pode fazer sem a ajuda e a colaboração do outro.⁴¹

Em toda a Europa, no século XVI e XVII, nota-se que o aumento da fome e o aumento exponencial dos preços da comida coincidem com a eclosão da caça às bruxas em vários países; ela se desenvolve primeiro em locais onde a perseguição aos hereges aconteceu de maneira mais intensa. A caça às bruxas se identifica com uma guerra de classes. A figura da bruxa passa a representar a subversão da ordem social.

Ao longo de um século (1550-1650), a contravenção religiosa passou a ser definida predominantemente como um crime reprodutivo. A heresia se tornou um crime feminino. Silvia Federici aponta duas importantes diferenças entre a heresia e bruxaria. A principal diferença é que a bruxaria, diferente da heresia, é um crime feminino. Antes, muitos homens, especialmente os de classe baixa, eram acusados de servir ao demônio. Católicos acusavam protestantes, e protestantes acusavam católicos.

Porém, a partir do século XVI, essa acusação se volta contra as mulheres e mais de 80% das pessoas acusadas e condenadas de crimes de bruxaria eram mulheres. A segunda diferença é que a acusação de bruxaria vem acompanhada da demonização das práticas contraceptivas. Passou-se a associar a bruxaria à contracepção, ao aborto e ao infanticídio. Em suma, a bruxaria passa a ser associada a um crime reprodutivo.

Também é importante mencionar que muitas das mulheres acusadas de bruxaria eram praticantes ativas de cultos antigos de fertilidade que propiciavam partos e reprodução. Esses conhecimentos antigos eram considerados pagãos pela Igreja Católica, e seus cultos eram condenados. Além disso, nos séculos de ápice da caça às bruxas, as taxas de mortalidade infantil eram altíssimas devido ao aumento da fome, da pobreza, do valor da comida, e da falta de acesso a direitos básicos. Logo, as bruxas eram associadas aos altos índices de mortalidade infantil.

Com esse pano de fundo parece plausível que a caça às bruxas tenha sido, pelo menos em parte, uma tentativa de criminalizar o controle da natalidade e de

⁴⁰ *Malleus Maleficarum*, 2007, p. 23.

⁴¹ *Malleus Maleficarum*, 2007, p. 26.

colocar o corpo feminino – o útero – a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho.⁴²

A caça às bruxas subverteu a posição social das mulheres, retirou seu poder sobre seus próprios corpos e sobre a procriação, e institucionalizou o controle sobre o corpo feminino por parte do Estado, tornando-as subordinadas à reprodução da força de trabalho.

O período da caça às bruxas nos séculos XVI e XVII deu início à transformação da sexualidade feminina em trabalho. Foi, definitivamente, uma era de intensa repressão sexual. Até mesmo nas famosas retratações medievais de comunhão entre a figura da bruxa e do diabo, a mulher é retratada como um ser subserviente, subjugada à figura masculina. Além de legitimar a supremacia masculina, “induzia os homens a temer as mulheres e até mesmo vê-las como destruidoras do sexo masculino.”⁴³

A figura a bruxa foi vinculada à ideia de uma mulher sedutora, que atrai os homens, os contaminam, fragilizam, possuem suas almas e órgãos sexuais. A bruxa tinha o poder de deixar os homens impotentes ou castrá-los. Essas ideias geraram um terror generalizado. Os homens passaram a temer as mulheres em geral, até mesmo aquelas próximas de si, como suas mães, filhas e esposas. Isso também levou os homens a acusarem as mulheres injustamente quando eram pegos fazendo algo que não deveriam; afirmavam que estavam enfeitiçados por alguma bruxa. As mulheres passaram a ser ainda mais injustiçadas.

A caça às bruxas condenou e bestializou a sexualidade feminina. Toda forma de sexualidade não procriativa passou a ser proibida. Esse foi um passo muito importante para a conversão da atividade sexual feminina em trabalho laboral a serviço dos homens.

A repulsa que a sexualidade não procriativa estava começando a inspirar é bem evidenciada pelo mito da velha bruxa voando na sua vassoura, que, assim como os animais em que ela também montava (cabras, éguas, cachorros), era a projeção de um pênis estendido, símbolo da luxúria desenfreada. Este imaginário retrata uma nova disciplina sexual que negava à “velha feia”, que já não era fértil, o direito a uma vida sexual.⁴⁴

A partir daí, o capitalismo tratou de investir em uma ampla reestruturação da vida sexual, criminalizando e punindo qualquer forma de atividade sexual que não fosse reprodutiva ou que ameaçasse a transmissão da propriedade privada dentro da família, como a homossexualidade, o sexo anal, sexo fora do casamento, sexo entre pessoas com muita diferença de idade e entre pessoas de diferentes classes.

⁴² FEDERICI, 2017, p. 326.

⁴³ FEDERICI, 2017, p. 338.

⁴⁴ FEDERICI, 2017, p. 346.

Devemos ressaltar também a estreita relação entre a figura da prostituta, que foi institucionalizada e depois criminalizada tempos antes, e a bruxa. Ambas eram símbolos de poder ilícito e de sexualidade não reprodutiva.

Assim, enquanto na Idade Média a prostituta e a bruxa foram consideradas figuras positivas, que realizavam um serviço social à comunidade, com a caça às bruxas adquiriram as conotações mais negativas, sendo rejeitadas como identidades femininas possíveis e relacionadas fisicamente com a morte e, socialmente, com a criminalização.⁴⁵

A bruxa e a curandeira, frequentemente procuradas por suas habilidades de médicas, parteiras, autoras de pequenos feitiços, conhecedoras de ervas e poções, foram perseguidas e substituídas pelo doutor; a curandeira popular dá lugar à figura do médico, no masculino. As mulheres foram destituídas de seu conhecimento empírico ancestral transmitido por gerações. E isso abriu caminho para “o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indisputável, inacessível e estranho para as “classes baixas””.⁴⁶

O surgimento da ciência moderna e do método científico têm importância no processo de caça às bruxas. O racionalismo e o mecanicismo substituem a visão orgânica do mundo por uma visão onde o mundo é uma máquina autorregulável; o que contribui para a exploração predatória da natureza. Porém, o que se observa é que o principal fator que dá origem de fato à perseguição às bruxas, foi o fato de que a elite econômica, naquele momento, precisava erradicar um modo de vida específico baseado em algumas crenças, para que se instituisse uma nova disciplina social e de trabalho capitalista.

Assim que a nova classe dominante consolida sua hegemonia, a caça às bruxas findou. Isso nos mostra que o processo de caça às bruxas serviu a um fim específico, que não era necessariamente a crença no maligno, no demoníaco, no que ia contra a vontade de Deus, e a pretensão de sua erradicação.

Logo que o controle da caça às bruxas foi relegado ao Estado, cada governo em particular, um por um, foi dando fim ao processo. Assim que isso aconteceu, no século XVIII, cresceram repentinamente a quantidade de crimes considerados comuns, como assaltos, crimes à propriedade e etc. Isto quer dizer que os novos crimes já podiam ser identificados e punidos normalmente, sem a necessidade de se recorrer ao potencial subversivo da bruxaria, porque a nova ordem social já estava suficientemente consolidada.

⁴⁵ FEDERICI, 2017, p. 355.

⁴⁶ FEDERICI, 20117, p. 364.

A caça às bruxas na Europa exerceu influência sobre a caça às bruxas e colonização no Novo Mundo. Ela justificou a escravidão e o genocídio desse período. A acusação de adoração ao diabo justificou a perseguição, domesticação e cristianização dos povos nativos da América. Os índios americanos resistiram fortemente "devido principalmente à luta das mulheres, proporcionando uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de quinhentos anos".⁴⁷

As acusações de adoração ao demônio eram alimentadas pela intolerância cristã e pelo militarismo que se desenvolveu na Europa; assim como o "nudismo" e a "barbaridade" foram acusações que pintavam os povos ameríndios como seres que viviam em estado animal, vinculados à bestialidade. Isso demonstra como a colonização não foi somente uma busca pelos metais preciosos, mas também uma missão de conversão dos povos ao cristianismo e ao que era julgado como socialmente aceitável.

Uma campanha de terror foi empregada contra os povos ameríndios com o objetivo de abandonos de suas práticas, seus ritos, seus deuses, e principalmente, sua resistência.

Seu objetivo era intimidar a população, criar um "espaço de morte" em que os potenciais rebeldes se sentissem tão paralisados pelo medo que passassem a aceitar qualquer coisa para não ter de enfrentar o tormento daqueles que eram espancados e humilhados publicamente.⁴⁸

As mulheres estavam a frente de muitas revoltas anticoloniais. Elas defenderam com pulso firme o antigo modo de existência, porque foram as mais afetadas pelo novo. As mulheres desfrutavam de posição de poder como sacerdotisas, agricultoras, parteiras, curandeiras; com a chegada dos colonizadores foram destituídas de seu poder e relegadas à condição de servas. Viram seus filhos, e elas próprias, serem compelidas a trabalhar nas minas.

As mulheres viram sua "estrutura familiar" ser dissolvida em nome da monogamia Europeia; os homens foram obrigados a se separar de suas mulheres, e as crianças, que eram fruto dessas uniões, foram ilegítimadas. Além disso, as mulheres estavam sujeitas à violência sexual. Logo, se tornaram parte central da resistência e "se converteram nas principais inimigas do domínio colonial, negando-se a ir à missa, a batizar seus filhos ou a qualquer tipo de cooperação com as autoridades coloniais e com os sacerdotes."⁴⁹

O fim da caça às bruxas na América também se deu quando foi possível se beneficiar de uma crescente segurança sociopolítica da estrutura de poder colonial. Só é preciso atacar e

⁴⁷ FEDERICI, 2017, p. 382.

⁴⁸ FEDERICI, 2017, p. 397.

⁴⁹ FEDERICI, 2017, p. 402.

perseguir até que a nova ordem social seja hegemônica. Somente quando as crenças e costumes de outros povos não representam mais domínio para a expansão colonial, é que a perseguição cessa.

3 MOLDANDO IDENTIDADES: UM OLHAR SOBRE RAÇA E GÊNERO

Como visto anteriormente, Silvia Federici expôs as contradições do marxismo no que tange a questão do gênero e da raça. Historicamente, o marxismo ortodoxo teve dificuldade em lidar com a questão racial, especialmente nos Estados Unidos. A classe operária era vista como a força revolucionária capaz de superar as desigualdades sociais e econômicas, e a questão da raça era vista como uma questão secundária. Este posicionamento não considera os determinantes da questão de raça, a colonização e escravização. E muito menos abrange a realidade brasileira, em que a maior parte da população negra não “alcançou a situação da força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo”⁵⁰.

Lélia Gonzalez tece uma crítica ao marxismo ortodoxo, que dilui a questão da raça em uma categoria econômica, que trata a discriminação como um instrumento do capitalismo, com vistas a dividir a classe operária como um todo. E a solução proposta, seria nada mais que uma aliança entre os trabalhadores. Embora o marxismo ortodoxo seja uma teoria importante para entender a história e a economia, é preciso fazer uma crítica em relação à sua limitação na questão racial, visto que, ele acaba por minimizar a importância da opressão racial e suas implicações na vida dos indivíduos.

Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva.⁵¹

Apesar do aumento no nível de escolaridade entre a população negra no Brasil em geral, ela continua com restrito acesso a níveis elevados de educação. O nível de renda entre a população negra também não acompanha o nível de escolaridade. É discrepante o nível de renda entre pessoas brancas e negras, mesmo em nível educacional idêntico entre ambos.

No período pós abolição, a mulher negra era um pilar dentro de sua casa e de sua comunidade. Trabalhava em sua casa, para seus familiares, e exercia o mesmo trabalho, só que de forma remunerada, fora de casa. Ela foi A ascensão do capitalismo não só piora as condições de vida das mulheres em subsistência e trabalho, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente”⁵².

Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é,

⁵⁰ GONZALEZ, 2020, p. 32.

⁵¹ GONZALEZ, 2020, p. 35.

⁵² GONZALEZ, 2020, p. 46.

obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho, e até mesmo de lazer.⁵³

O desenvolvimento capitalista tem sido uma das principais forças motrizes da história moderna, tendo impactado significativamente o curso da história das Américas. No entanto, uma das realidades mais deploráveis que esse desenvolvimento trouxe, foi a subjugação do povo negro. Desde os tempos da escravidão até os dias atuais, o capitalismo tem perpetuado a desigualdade racial e social, deixando um legado de sofrimento e injustiça para as comunidades negras em todo o Continente Americano.

Durante os séculos XVI e XVII, a escravidão africana foi uma parte integral do desenvolvimento econômico das Américas. As colônias europeias no continente se beneficiaram imensamente do trabalho escravo africano, que era explorado para a produção de açúcar, tabaco, algodão, entre outros produtos. Essa exploração não só gerou enormes riquezas para os colonos brancos, mas também serviu como uma das principais fontes de acumulação primitiva de capital que permitiu a consolidação do capitalismo.

No entanto, enquanto os colonos brancos acumulavam riquezas, o povo negro sofria com as consequências da escravidão. Além da opressão econômica, a escravidão também significou uma supressão brutal da cultura e identidade do povo negro, perpetuando a desumanização e a violência. Quando a escravidão finalmente foi abolida, a luta pelo reconhecimento da humanidade do povo negro continuou, uma vez que o racismo e a discriminação racial foram institucionalizados através de leis e práticas sociais.

Ao longo do século XX, a luta pela igualdade racial continuou, com o movimento pelos direitos civis ganhando força nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, apesar de algumas conquistas significativas, a luta pela justiça social para o povo negro nas Américas ainda está longe de ser concluída. O capitalismo continuou a perpetuar a desigualdade econômica e racial, no formato de racismo estrutural, com as comunidades negras muitas vezes sendo empurradas para bairros empobrecidos e sem acesso a recursos básicos, como saúde, educação e emprego, além de muitas outras formas de violência.

O desenvolvimento capitalista é inseparável da escravização de povos. Desde a colonização do continente pelos europeus, o capitalismo tem sido alimentado pela exploração do trabalho escravo africano, que gerou riqueza para os colonos brancos e permitiu a consolidação deste brutal sistema.

⁵³ GONZALEZ, 2020, p. 48.

Além disso, a violência policial contra o povo negro é uma questão de longa data. Não só nas Américas, mas em todo o mundo. A brutalidade policial e a discriminação racial estão profundamente enraizadas na história do continente, e têm sido perpetuadas por políticas públicas, leis e práticas policiais que continuam a deixar o povo negro vulnerável à violência policial. Essa violência é resultado de uma cultura policial que valoriza a punição em vez da proteção e que vê a figura do negro como uma ameaça.

A morte de George Floyd em 2020 nos Estados Unidos, por exemplo, despertou uma onda de protestos em todo o mundo contra a brutalidade policial e o racismo. No entanto, esses protestos foram recebidos com repressão policial e violência estatal, evidenciando o papel do Estado no controle e opressão do povo negro.

É importante lembrar que a luta pela justiça social para o povo negro nas Américas não é apenas uma questão de igualdade racial, mas também uma questão de justiça econômica e social. É preciso reconhecer que o capitalismo não apenas perpetua a desigualdade racial, mas também a desigualdade econômica, o que torna a luta por justiça social ainda mais complexa.

3.1 Algumas diferentes perspectivas

A interseccionalidade entre raça, gênero e classe é um tema central no pensamento feminista negro, que tem sido abordado por diferentes autores ao longo da história. Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez e Manning Marable são alguns dos nomes importantes nessa discussão, cada um contribuindo com sua perspectiva única. Aqui, busco estabelecer conexões entre a obra *Pensamento Feminista Negro* de Patricia Hill Collins, os ensaios de Lélia Gonzalez e a obra *How Capitalism Underdeveloped Black America* de Manning Marable.

Na obra *Pensamento Feminista Negro*, Collins afirma que a interseccionalidade é essencial para a compreensão das relações entre racismo, sexismo e outras formas de opressão. Ela argumenta que as mulheres negras são oprimidas de maneira diferente das mulheres brancas e dos homens negros, devido à interação complexa entre raça, gênero e outras categorias de diferença. Collins também destaca a importância da história das mulheres negras para a compreensão da interseccionalidade e da luta feminista negra. Ela argumenta que a história é uma fonte de poder para as mulheres negras, pois permite que elas se reconheçam como agentes políticas e reivindiquem seus direitos.

Em *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira*, Gonzalez afirma que "a história das mulheres negras, em particular, foi apagada e negada pela sociedade brasileira, o que resultou

em um processo de desumanização e subalternização dessas mulheres"⁵⁴. Ela argumenta que a recuperação da história e da memória coletiva das mulheres negras é essencial para a construção de uma identidade negra e feminista, bem como para a luta contra o racismo e o sexismo.

O livro *How Capitalism Underdeveloped Black America*, de Manning Marable, também enfatiza a importância da história e da memória coletiva para a compreensão do racismo e da opressão econômica sofridos pelas comunidades negras nos Estados Unidos. Marable argumenta que a história do capitalismo nos Estados Unidos está intimamente ligada à história da escravidão e do racismo, e que a luta contra a opressão econômica dos negros deve ser entendida dentro desse contexto histórico mais amplo. Ele afirma que "a história da escravidão e da segregação é fundamental para entender as origens da opressão econômica dos negros americanos"⁵⁵.

Além disso, todos os textos enfatizam a importância da solidariedade e da união entre as comunidades negras na luta contra a opressão e a desigualdade. Collins argumenta que a união entre as mulheres negras é essencial para a luta feminista negra, e que a solidariedade entre as comunidades negras é fundamental para a luta contra o racismo.

A partir do livro de Marable, podemos entender como as experiências de opressão e exploração enfrentadas pelos negros americanos estão ligadas a um sistema econômico capitalista que os colocou em uma posição de subordinação social, política e econômica. Essa relação entre raça e classe é um tema central no pensamento feminista negro, abordado tanto por Collins quanto por Gonzalez.

Collins defende que o sistema capitalista é intrinsecamente conectado com a opressão de grupos marginalizados, incluindo negros e mulheres. Ela argumenta que a interseccionalidade é fundamental para entender a experiência das mulheres negras no contexto capitalista. Para ela, a análise das interações entre esses elementos é fundamental para entender a natureza da opressão enfrentada pelas mulheres negras. Ela afirma: "A interseccionalidade é a única forma de compreender a natureza multidimensional da opressão enfrentada pelas mulheres negras e a única forma de garantir que as estratégias de resistência e luta sejam bem-sucedidas"⁵⁶.

Em *A categoria político-cultural de amefricanidade*, Lélia argumenta que a negritude e a luta antirracista são inseparáveis da luta anticapitalista. Para a autora, a opressão enfrentada pelos negros no Brasil está ligada à sua posição como classe subordinada na estrutura

⁵⁴ GONZALEZ, 1984, p. 18.

⁵⁵ MARABLE, 1983, p. 9.

⁵⁶ COLLINS, 1990, p. 57.

econômica do país. Ela afirma: "A nossa condição de negros não pode ser dissociada da nossa posição de classe. O negro brasileiro é um ser socialmente situado e de determinada classe"⁵⁷.

Assim como Collins, Gonzalez também entende a importância da interseccionalidade para entender a experiência das mulheres negras. Em seu ensaio *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, ela argumenta que a opressão enfrentada pelas mulheres negras é o resultado da interação entre o racismo e o sexismo. Ela afirma: "A mulher negra é duplamente discriminada, não apenas pelo fato de ser mulher, mas também pela sua cor"⁵⁸.

Vemos que há uma forte conexão entre os trabalhos de Collins, Gonzalez e Marable. Todos eles defendem que a opressão enfrentada pelos negros é o resultado de um sistema econômico capitalista que os coloca em uma posição de subordinação social, política e econômica. Além disso, todos eles destacam a importância da interseccionalidade para entender a natureza da opressão enfrentada pelas mulheres negras, que são subordinadas tanto em termos de gênero quanto de raça e classe.

3.2 O feminismo negro a representação da mulher negra

A obra de Collins é importante e influente na área de estudos feministas e estudos afro-americanos. Ela nos apresenta uma análise crítica e teórica das formas como o feminismo negro emergiu nos Estados Unidos a partir dos anos 1960 e 1970. Collins é uma socióloga e teórica social conhecida por seu trabalho na interseção de raça, gênero e classe social. Aqui, exploraremos os principais temas e argumentos apresentados, bem como suas contribuições para a compreensão da luta feminista negra.

Collins apresenta a ideia de que a opressão das mulheres negras nos Estados Unidos é o resultado de uma matriz interconectada de opressões que inclui raça, gênero e classe social. Essa matriz é uma estrutura social que influencia todas as esferas da vida das mulheres negras, desde suas experiências pessoais até as estruturas sociais mais amplas que governam a sociedade. Ela argumenta que essa matriz de dominância é uma forma de poder que opera por meio de interações sociais cotidianas, bem como por meio de estruturas sociais mais amplas, como o sistema educacional, o mercado de trabalho e a política.

A autora discute a maneira como a representação das mulheres negras na mídia e na cultura popular é importante para a construção de suas identidades. Ela argumenta que a

⁵⁷ GONZALEZ, 1988, p. 55.

⁵⁸ GONZALEZ, 1988, p. 89.

representação é uma forma de poder que pode ser usada para reforçar estereótipos negativos ou para desafiar esses estereótipos e promover imagens positivas das mulheres negras. Collins também discute a maneira como as mulheres negras são frequentemente excluídas da produção cultural e da mídia *mainstream* e como isso pode afetar a forma como são percebidas pela sociedade em geral.

Lélia aponta a origem destes estereótipos. Eles se iniciam no mercado de trabalho, na falta de oportunidades e na marginalização da mulher negra. O crescimento das classes médias minou de vez as possibilidades da população negra quanto ao mercado de trabalho. A falta de novas alternativas volta a mulher negra para a prestação de serviços domésticos, uma posição de subordinação da qual ela nunca saiu. Isto têm sido naturalizado na história, mas faz parte de um constructo histórico e econômico que mantém as pessoas em suas posições determinadas de acordo com os interesses da classe dominante. É a mulher negra que “possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada”⁵⁹.

Lélia afirma ainda que o processo de exclusão pelo qual a mulher negra passa é fruto de dois papéis sociais essenciais que lhe são atribuídos: o de doméstica e o de mulata. O termo “doméstica” demarca seu lugar natural: cozinheira, cuidadora do lar, mulher servil; ou, traduzindo para o mercado de trabalho: empregada doméstica, cozinheira, trabalhadora da limpeza em diversos setores; já o termo “mulata”, coloca a mulher negra como objeto de consumo do turismo e da cultura dominante, o que não deixa de ser uma forma de exploração sexual.

No Brasil, reina a ideia, amplamente difundida pelo mito da democracia racial, de que o racismo não existe. Esta afirmação parte da premissa de que o processo de miscigenação e o racismo são coisas excludentes. Mas ela não leva em consideração o fato de que o processo de miscigenação ocorreu às custas da exploração sexual das mulheres negras. A partir desta mentira, contada historicamente, surgiram alguns falsos estereótipos, que alocam a figura do negro como cordial, passivo, como alguém que aceita seu lugar. Isto suprime a história de resistência do povo negro.

Existiam duas categorias de escravos no Brasil: os produtivos e os não produtivos. Os primeiros eram os que trabalhavam nas plantações, nos canaviais, de forma não remunerada, os chamados escravos de oito. Os últimos, eram aqueles que prestavam serviços, que trabalhavam na casa grande. A mulher negra também existia em ambas as categorias: “a trabalhadora do oito

⁵⁹ GONZALEZ, 2020, p. 43.

e a mucama”⁶⁰. E ela era como um ponto de força moral para os homens escravos. Mantinha a casa grande em pleno funcionamento enquanto mucama; fazia todos os serviços domésticos e lidava com o assédio moral diário.

“Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta”⁶¹, a que cuidava de todos. Ela também participa do falso estereótipo de passividade, já que é mulher cuidadosa e amorosa, que aceitou passivamente a dor e a humilhação. O mito da democracia racial não fala do negro como figura de resistência, e sim como figura submissa.

Lélia aponta como a mulher negra vive o atravessamento das opressões de gênero, raça e classe, e como isso reflete em seu lugar na força de trabalho. No Brasil, no período de 1950 aos dias atuais, o colapso da indústria têxtil resultou no fechamento de muitas fábricas, o que afetou diretamente o lugar da mulher negra como operária. Os setores burocráticos de nível baixo, como prestação de serviços e escritórios, exigem um nível de escolaridade que a mulher negra não alcançou.

Não obstante, foram criadas outras exigências para obtenção dos cargos, como “boa aparência”, que deixam muito claro que não são trabalhos que visam a inserção da mulher negra. Elas nunca são admitidas. A ascensão da mulher negra a outros setores, é praticamente nula. Não só à mulher, mas à população negra em geral. Estão sempre em prestação de serviços de baixa remuneração. A população negra é parte dos maiores índices em desemprego, trabalho intermitente, sazonal, dentre outros. É a população com piores condições de vida. A ela, foi relegada a condição de massa marginal crescente.

A noção de massa marginal crescente destaca a existência de grupos que estão à margem das principais instituições sociais, como o mercado de trabalho, a educação, a saúde, a habitação e a participação política. Essas pessoas, em sua grande maioria mulheres negras, enfrentam barreiras estruturais, discriminação e falta de recursos que dificultam sua integração e progresso dentro da sociedade.

Enquanto serviçal ou empregada doméstica, a mulher negra sofre um processo de internalização da inferioridade. Ela está sempre alocada nestes serviços dentro e fora de casa. Sempre servindo aos demais. “De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional” doméstica e mulata.”⁶² Lélia afirma que o termo “mulata”, não mais faz referência somente às pessoas mestiças, mas diz respeito a um tipo diferente de “mercado de trabalho”.

⁶⁰ GONZALEZ, p. 2020, p. 52.

⁶¹ GONZALEZ, 2020, p. 53.

⁶² GONZALEZ, 2020, p. 59.

O termo refere-se à mulher negra enquanto “produto de exportação”. É um mercado que explora os corpos das mulheres negras, através do samba, do rebolado, das características acentuadas do corpo negro feminino, para o deleite dos turistas brancos e da burguesia brasileira. Elas se tornam objeto de desejo, objeto sexual. E como a ascensão social destas foi há muito minada pelo mito da democracia racial, acabam por encontrar esperança neste tipo de mercado.

E lá se vão, contratadas para se apresentarem em espetáculos dançantes as boates, nos restaurantes finos, nos hotéis elegantes, etc. Uma ou outra consegue de casar com algum turista europeu ou se transforma em manequim de certo renome. Mas a maioria acaba por se entregar à prostituição aberta, à bebida e outras drogas e termina como “estrela” dos “inferninhos” que pululam nas grandes cidades. Pelo exposto, pode-se ter uma ideia mais concreta da mobilidade social ascendente a que nos referimos antes.⁶³

A mulher negra está submetida a formas abomináveis de alienação e exploração. O mercado de exploração do corpo da mulher negra escancara este problema ao mesmo tempo em que se configura como uma estratégia de sobrevivência dentro da nossa formação social.

Dentro do próprio movimento feminista, a situação da mulher negra não é tão diferente. Collins discute as tensões entre as mulheres brancas e as mulheres negras no movimento feminista dos anos 1960 e 1970, destacando como as mulheres negras foram muitas vezes marginalizadas e subestimadas pelas feministas brancas. Collins argumenta que as mulheres negras estavam lutando contra a opressão do racismo, bem como do sexismo, e que as feministas brancas não estavam prestando atenção suficiente a essas questões. Collins também destaca a importância das mulheres negras no desenvolvimento do feminismo negro, um movimento que se concentrou especificamente nas questões das mulheres negras.

Assim como Lélia, Collins também aponta para as dificuldades das mulheres negras no tocante ao mercado de trabalho. Argumenta que as mulheres negras têm tido dificuldades em conciliar as demandas do trabalho remunerado com as expectativas sociais em relação ao papel da mulher na família. Ela destaca a maneira como as mulheres negras muitas vezes são obrigadas a assumir trabalhos precários, mal remunerados e sem benefícios, tornando difícil a tarefa de sustentar suas famílias. Além disso, a ideia de que a mulher deve ser a principal responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com as crianças muitas vezes coloca uma carga adicional sobre as mulheres negras que estão tentando equilibrar trabalho e família.

Collins argumenta que as mulheres negras muitas vezes têm sido excluídas do movimento feminista branco em virtude de suas experiências únicas. Ela destaca como as

⁶³ GONZALEZ, 2020, p. 60.

mulheres negras têm lutado para se tornarem reconhecidas como trabalhadoras e mães, enquanto ao mesmo tempo desafiavam as ideias convencionais de gênero que colocam as mulheres em papéis subordinados na sociedade. Ela discute as diferentes formas como as mulheres negras têm resistido à opressão, incluindo a criação de redes de apoio e a participação em grupos políticos.

As mulheres negras têm sido afetadas pelas normas sociais em relação à sexualidade de forma muito particular. Collins argumenta que as mulheres negras têm enfrentado uma dupla opressão em relação à sua sexualidade, pois são frequentemente vistas como hipersexuais ou como sexualmente reprimidas. Ela discute a maneira como a cultura popular retrata as mulheres negras como objetos sexuais ou como assexuadas, e argumenta que essa representação tem um impacto negativo na autoimagem das mulheres negras.

Também têm sido particularmente muito afetadas pela violência do estado, incluindo a violência policial e o encarceramento em massa. Collins argumenta que a violência do estado é uma forma de opressão que afeta as mulheres negras de forma desproporcional. Ela destaca a maneira como as mulheres negras têm liderado a luta contra a violência policial, através de organizações como o movimento *Black Lives Matter*. Ela também discute as formas como as mulheres negras têm resistido à opressão através da organização comunitária e da criação de redes de apoio.

Collins enfatiza a importância de compreender a interseccionalidade em relação à violência do estado e suas consequências para as mulheres negras. Ela argumenta que a luta contra a violência do estado deve considerar as diferentes experiências das mulheres negras, incluindo suas experiências com a violência policial, a prisão e a liberdade condicional.

A autora ainda discute a importância do conhecimento e da produção do conhecimento para as mulheres negras. Collins argumenta que o conhecimento é uma forma de poder e que as mulheres negras têm lutado para ter suas vozes ouvidas na produção do conhecimento. Ela destaca a importância do conhecimento produzido pelas mulheres negras e argumenta que esse conhecimento é fundamental para entender as experiências das mulheres negras e suas lutas por justiça. Collins também discute as formas como as mulheres negras têm desafiado a produção dominante do conhecimento através da criação de suas próprias instituições educacionais e da valorização de suas tradições culturais.

Collins enfatiza que a luta contra a opressão deve ser uma luta coletiva e que as mulheres negras têm liderado essa luta. Ela destaca a importância do ativismo político e da organização comunitária para a transformação social. Collins também discute a importância da solidariedade entre as diferentes comunidades oprimidas e argumenta que as mulheres negras devem trabalhar

em conjunto com outras comunidades para alcançar a justiça social. O pensamento feminista negro é de extrema importância para a transformação social. Ela argumenta que o pensamento feminista negro oferece uma análise crítica da opressão e oferece caminhos para a resistência e a luta por justiça. Collins enfatiza a importância de valorizar as experiências das mulheres negras e de ouvir suas vozes na luta contra a opressão.

O ensaio *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Político-Econômica*, de Lélia Gonzalez, é uma obra fundamental para a compreensão da luta das mulheres negras no Brasil. Escrito em 1983, o ensaio ainda é atual e relevante, pois aborda temas como a interseccionalidade e a invisibilidade da mulher negra na sociedade brasileira.

Gonzalez parte da premissa de que a luta contra o racismo e o sexismo é uma luta conjunta, pois as mulheres negras são afetadas de forma desproporcional por ambos os tipos de opressão. Ela argumenta que a opressão da mulher negra é resultado da interação entre o racismo e o sexismo, e que essa opressão se manifesta de forma particular na vida das mulheres negras.

Uma das principais contribuições de Gonzalez é a análise do papel da mulher negra na economia brasileira. Ela destaca a importância da mulher negra como trabalhadora no setor informal da economia, como empregada doméstica, vendedora ambulante, entre outras atividades. Gonzalez argumenta que a exploração do trabalho da mulher negra no setor informal é uma forma de perpetuar a desigualdade racial e de gênero no país.

Outro ponto abordado por Gonzalez é a invisibilidade da mulher negra na sociedade brasileira. Ela argumenta que a mulher negra é frequentemente retratada como uma figura submissa e sem voz na mídia e na cultura popular. Gonzalez critica a falta de representação da mulher negra na política e na produção cultural e enfatiza a importância da representação da diversidade étnica e de gênero na sociedade.

Gonzalez também discute a importância da organização política e do ativismo na luta contra a opressão da mulher negra. Ela destaca a importância da criação de organizações políticas lideradas por mulheres negras, que lutam pelos direitos das mulheres negras e contra o racismo e o sexismo. Gonzalez argumenta que a organização política é fundamental para a criação de uma consciência coletiva sobre a opressão da mulher negra e para a mobilização da sociedade em torno da luta por justiça social.

A autora oferece uma análise crítica da interação entre o racismo e o sexismo na opressão da mulher negra, destacando a importância da luta conjunta contra essas formas de opressão. Além disso, Gonzalez oferece uma análise da economia informal no Brasil e do papel da mulher negra nesse setor, e critica a invisibilidade da mulher negra na sociedade brasileira,

e enfatiza a importância da organização política e do ativismo para a luta contra a opressão da mulher negra e para a transformação social.

O ensaio *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, escrito por Lélia Gonzalez em 1984, é uma obra fundamental para a compreensão das relações entre raça, gênero e cultura no Brasil. A autora aborda a maneira como o racismo e o sexismo se manifestam na cultura brasileira e como essas formas de opressão são perpetuadas pela sociedade.

Gonzalez argumenta que a cultura brasileira é permeada pelo racismo e pelo sexismo, e que essas formas de opressão se manifestam em várias esferas da vida social. Como já exposto anteriormente, ela destaca que a imagem da mulher negra na cultura brasileira é frequentemente retratada de forma estereotipada, como uma figura submissa e hipersexualizada. A autora argumenta que essa representação é resultado da interação entre o racismo e o sexismo, e que a mulher negra é frequentemente retratada como uma figura inferior e menos valorizada na sociedade brasileira.

Além disso, Gonzalez também aborda a questão da objetificação do corpo da mulher negra na cultura brasileira. Ela argumenta que a mulher negra é frequentemente reduzida a um objeto de desejo e que o seu corpo é sexualizado de forma exagerada. A autora destaca que essa objetificação contribui para a violência contra as mulheres negras, pois muitas vezes elas são vistas como objetos a serem utilizados e descartados.

Gonzalez também discute a questão do racismo na cultura brasileira. Ela argumenta que o racismo é um elemento central na cultura brasileira e que se manifesta de diversas formas, como na exclusão da população negra do acesso à educação, à cultura e aos espaços públicos. A autora destaca que o racismo é uma forma de opressão que perpetua a desigualdade social e que contribui para a exclusão dos grupos marginalizados da sociedade.

Por fim, Gonzalez enfatiza a importância da luta contra o racismo e o sexismo na cultura brasileira. Ela destaca a necessidade de se criar uma cultura mais inclusiva e igualitária, que valorize a diversidade étnica e de gênero. A autora oferece uma análise crítica da maneira como o racismo e o sexismo se manifestam na cultura brasileira, destacando a importância da luta contra essas formas de opressão. Gonzalez enfatiza a necessidade de se criar uma cultura mais inclusiva e igualitária, que valorize a diversidade étnica e de gênero e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, destaca ainda a importância da cultura e da história na construção da identidade da mulher negra. Ela argumenta que a cultura afro-brasileira é uma parte fundamental da identidade da mulher negra e que essa cultura foi historicamente marginalizada e desvalorizada na sociedade brasileira. É importante valorizar a contribuição da mulher negra

para a cultura e a história do Brasil e reconhecer a sua importância para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e diversa.

Gonzalez também aborda a questão da autoestima da mulher negra. Ela destaca que a mulher negra muitas vezes é levada a internalizar as ideias racistas e sexistas que permeiam a sociedade brasileira, o que contribui para a sua exclusão e marginalização. A autora argumenta que é necessário incentivar a autoestima da mulher negra, valorizando a sua beleza, a sua cultura e a sua história. Ela destaca que o fortalecimento da autoestima da mulher negra é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Ela argumenta que a mulher negra tem um papel fundamental na luta contra o racismo, o sexismo e a pobreza no Brasil, e que é necessário que ela tenha uma voz ativa na sociedade e na política. É muito importante se criar espaços políticos e culturais onde a mulher negra possa se organizar e lutar pelos seus direitos e interesses.

3.3 A situação do negro nos Estados Unidos

How Capitalism Underdeveloped Black America, ou "Como o Capitalismo Subdesenvolveu a América Negra" em português, é uma análise da história econômica, social e política dos Estados Unidos e seu impacto na população negra. Manning Marable argumenta que a escravidão e a segregação racial são apenas dois aspectos da opressão que os negros americanos sofreram e que a política econômica do país foi, na verdade, a principal responsável pelo subdesenvolvimento da população negra. Ele critica a abordagem tradicional da história americana, que considera a população negra como uma minoria desfavorecida, mas não vítima da política econômica do país.

O autor começa o livro examinando a história da escravidão e do comércio de escravos, argumentando que o capitalismo foi o principal motivador dessas atividades. Ele destaca como a economia de plantação no sul dos Estados Unidos foi construída sobre o trabalho escravo, e como a violência e a opressão eram fundamentais para manter essa economia funcionando. Marable também destaca que a escravidão não foi um evento isolado, mas sim um processo histórico que teve impactos duradouros na população negra.

O livro também explora como a segregação racial e o racismo foram usados como ferramentas para manter a população negra marginalizada e explorada. O autor argumenta que o racismo foi fundamental para a consolidação do capitalismo nos Estados Unidos, e que os negros foram excluídos das oportunidades econômicas e políticas.

Destaca-se a maneira como as políticas governamentais dos Estados Unidos afetaram a população negra. Apesar de o governo ter implementado programas de bem-estar social e políticas de direitos civis para “ajudar” os negros, essas políticas foram insuficientes para combater a desigualdade econômica e social. Ele argumenta que o governo dos Estados Unidos priorizou as necessidades das grandes empresas em detrimento das necessidades da população negra.

O capitalismo americano explora a população negra em várias áreas, incluindo o mercado de trabalho, o sistema de justiça criminal e o sistema educacional. Ele argumenta que a exploração econômica da população negra é tão profundamente enraizada na sociedade americana, que é normalizada.

Marable também aborda a questão da resistência negra ao capitalismo e ao racismo. Ele destaca a importância dos movimentos sociais liderados por negros na luta por igualdade e justiça. Ele também destaca a importância da organização comunitária e do desenvolvimento econômico liderado pela população negra como formas de resistência e empoderamento.

A obra de Marable é relevante não apenas para a população negra americana, mas também para outras minorias e para países que sofreram com a exploração do capitalismo e do imperialismo. O livro é um convite para repensar a política econômica e social em nível global e buscar formas de garantir a justiça e a igualdade para todas as pessoas, independentemente da cor da pele ou da origem étnica.

O autor analisa a história da escravidão nos Estados Unidos e como ela criou a base para a exploração econômica da população negra no país. Argumenta que a escravidão não apenas desumanizou os escravos e privou-os de seus direitos básicos, mas também criou uma estrutura econômica que perpetuou a exploração e a desigualdade racial.

Assim como observou Gonzalez, ele mostra como, após a abolição da escravidão, a população negra americana foi excluída da economia capitalista em desenvolvimento e forçada a trabalhar em empregos mal remunerados e sem perspectiva de crescimento. O autor argumenta que o racismo sistêmico foi a principal barreira para o desenvolvimento econômico da população negra americana e que isso se refletiu na falta de oportunidades educacionais, políticas e culturais. “O gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho “coincidentalmente” pertencem exatamente às mulheres e à população negra.”⁶⁴

⁶⁴ GONZALEZ, 2020, p. 27.

O autor também analisa como a opressão econômica e racial afetou a cultura negra americana, destacando como a música, a literatura e outras formas de arte foram usadas como forma de resistência e de afirmação da identidade negra. No entanto, Marable também aponta como a indústria cultural americana muitas vezes se apropriou da cultura negra sem reconhecer a contribuição dos artistas e sem garantir uma remuneração justa. Gonzalez fala sobre a superexploração econômica à qual o povo negro está submetido, e afirma que o grupo branco dominante extrai da população negra, o que ela chama de mais-valia cultural e ideológica. A partir do conceito de mais-valia, já explorado anteriormente por Federici, Lélia Gonzalez incluiu a dimensão cultural e ideológica da opressão, que é invisível e muitas vezes não reconhecida.

Para Lélia Gonzalez, a mais-valia cultural e ideológica refere-se ao processo pelo qual a cultura e as ideologias dos povos subalternos, especialmente os negros, são apropriadas pelas elites e usadas para gerar lucro, sem que os produtores culturais sejam devidamente reconhecidos ou remunerados. Ela argumentava que a cultura negra, em particular, é muitas vezes comercializada e explorada de maneira desigual, o que contribui para a manutenção das desigualdades raciais.

Esse processo de apropriação cultural também envolve a imposição de padrões culturais e estéticos europeus como norma universal, o que leva a uma desvalorização da cultura negra e indígena. Assim, a mais-valia cultural e ideológica é uma forma de exploração que afeta não apenas a dimensão econômica, mas também a cultura, a identidade e a autoestima dos povos subalternos.

Para Gonzalez, a luta contra a mais-valia cultural e ideológica exige a valorização da cultura e das identidades dos povos subalternos, bem como a luta contra a exploração e a opressão em todas as suas formas. Ela defendia que a luta contra o racismo e a discriminação não pode ser limitada à esfera econômica, mas deve abranger a esfera cultural e ideológica, reconhecendo e valorizando as contribuições dos povos subalternos para a cultura e a sociedade.

Retornando à esfera econômica, Marable destaca a importância da luta da população negra americana por igualdade econômica e política. O autor argumenta que a resistência liderada pela população negra foi fundamental para a conquista de direitos civis e políticos nos Estados Unidos, mas que ainda há muito a ser feito para garantir a justiça e a igualdade para a população negra e outras minorias.

A resistência liderada pela população negra desempenhou um papel crucial na conquista dos direitos civis e políticos nos Estados Unidos. Ao longo da história do país, os afro-

americanos enfrentaram inúmeras formas de discriminação, segregação e opressão, mas nunca deixaram de lutar por igualdade, liberdade e justiça.

Desde os tempos da escravidão, os afro-americanos desenvolveram formas de resistência, incluindo fugas, formação de comunidades autônomas e revoltas. Após a Guerra Civil e a abolição da escravidão, a luta pela igualdade ganhou um novo impulso, com líderes e ativistas negros emergindo como figuras-chave na defesa dos direitos civis.

Essa luta persistente resultou em conquistas significativas, como a aprovação da Lei de Direitos Civis de 1964, que proibiu a discriminação racial em locais públicos, empregos e instalações governamentais, e a Lei de Direito ao Voto de 1965, que eliminou as barreiras discriminatórias ao voto.

No entanto, é importante ressaltar que a luta pela igualdade racial e social nos Estados Unidos ainda está em andamento. A resistência liderada pela população negra continua a ser uma força motriz na busca por justiça e equidade em áreas como o sistema de justiça criminal, a educação e a representação política. A herança desses líderes e ativistas inspira gerações subsequentes a continuar a luta pelos direitos civis e políticos, trabalhando em direção a uma sociedade verdadeiramente igualitária. Além disso, o movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) ganhou destaque nos últimos anos, denunciando a violência policial e a injustiça racial, e mobilizando milhões de pessoas em todo o país e no mundo.

Em sua análise crítica, Marable aponta para a necessidade de uma abordagem mais abrangente e integrada para a questão da opressão racial e econômica. O autor argumenta que a luta contra o racismo deve ser vista como uma luta contra todas as formas de opressão, incluindo a exploração econômica, o sexismo e a homofobia. Ele também destaca a importância da solidariedade entre diferentes grupos oprimidos e da construção de uma coalizão multirracial para lutar contra a injustiça e a desigualdade.

Marable oferece uma visão de futuro para a população negra nos Estados Unidos. Ele destaca a importância de uma economia socialista democrática que valorize o trabalho humano e o bem-estar da população em vez do lucro das grandes empresas. Ele argumenta que uma mudança fundamental na política econômica do país é necessária para garantir a igualdade e a justiça para a população negra e outras minorias.

Para o autor, uma economia socialista democrática representaria uma mudança fundamental na estrutura socioeconômica, com a redistribuição equitativa de recursos e poder, garantindo que as necessidades básicas de todos os membros da sociedade fossem atendidas. Ele defendia a valorização do trabalho humano, a proteção dos direitos dos trabalhadores e a criação de oportunidades econômicas mais igualitárias.

Destacava também a importância de abordar as questões específicas enfrentadas pela população negra dentro do contexto de uma economia socialista democrática. Ele argumentava que a luta pela igualdade racial não poderia ser separada da luta por justiça econômica e social. Isso significava combater a discriminação racial no mercado de trabalho, promover a equidade salarial, garantir acesso igualitário à educação e oportunidades econômicas, e enfrentar as disparidades nas condições de vida que afetam desproporcionalmente as comunidades negras.

Marable via um futuro para a população negra dentro de uma sociedade socialista democrática como um espaço de liberdade, justiça e igualdade. Ele acreditava que uma transformação econômica e social fundamental poderia criar condições mais propícias para o florescimento da comunidade negra, proporcionando oportunidades reais de desenvolvimento, empoderamento e autodeterminação.

No entanto, é importante ressaltar que as visões e ideias de Marable representam apenas uma perspectiva dentro de um amplo espectro de pensamentos e abordagens sobre o futuro da população negra e da sociedade como um todo. O debate sobre o melhor caminho para a igualdade e a justiça social continua sendo uma discussão importante e em constante evolução. Diante disto, nos perguntamos: quais são as perspectivas de sociedade igualitária que uma sociedade socialista pode oferecer?

4 CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA: O PAPEL DO SOCIALISMO SOVIÉTICO NA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

O modo de produção capitalista cria uma oposição entre as esferas pública e privada da vida. As demandas do trabalho assalariado e as necessidades da vida doméstica se sobrepõem e se contradizem. As mulheres, que são atravessadas pelo problema da dupla jornada de trabalho, são as principais afetadas. Já que este é um problema inerente ao capitalismo e sua forma de vida, somente o socialismo seria a resposta. Os bolcheviques propuseram uma nova forma de organização social onde todo trabalho doméstico seria realizado na esfera pública por trabalhadores assalariados, com o intuito de se disseminar a desigualdade de gênero.

Os soviéticos tinham como pauta a dissolução de todas as contradições sociais presentes no capitalismo, como a desigualdade de gênero, a instituição da família, e o casamento como contrato social, que seria substituído pela união livre. O debate soviético pós-revolução de 1917 girou em torno de como criar condições concretas de libertação da mulher.

A divisão sexual do trabalho, reflexo da Revolução Industrial que motivou ampla intensificação da rotina de trabalho e minou qualquer forma de melhoria para a classe trabalhadora, implicou diretamente no trabalho doméstico não remunerado. Wendy Goldman, em *Mulher, Estado e Revolução* aponta para este cenário para nos mostrar a legislação soviética como um caminho luta e libertação.

As indústrias incorporaram a mão de obra de crianças e mulheres nas fábricas, já que nesse período a jornada de trabalho foi intensificada e os salários abaixados, o que tornou insustentável que um único membro da família exercesse trabalho remunerado, já que seu salário foi dividido pela mão de obra de uma família inteira. No período pós Revolução, a sociedade socialista trouxe melhoras efetivas na vida das mulheres, mas elas não conseguiram sustentar a si mesmas e às suas famílias.

A economia se recuperava, ao passo em que a divisão sexual do trabalho reaparecia quase da mesma forma que no período pré-revolucionário. A autora traz dados concretos entre os anos de 1917 e 1936 que corroboram os fatos e aponta para o problema de que mesmo na superação da sociedade capitalista é possível a permanência da divisão sexual do trabalho e isso não pode acontecer. Na hierarquia presente entre trabalhos de homens e mulheres, os dos homens continuaram sendo os mais prestigiados e melhor remunerados.

A Revolução em seu início trouxe vitórias significativas para as mulheres, como por exemplo direitos reprodutivos, direito ao divórcio, inúmeros benefícios para mulheres grávidas

ou com crianças pequenas e acesso amplificado a creches e refeitórios públicos, mas por outro lado, no período de instituição da NEP, afloraram inúmeras contradições na sociedade socialista soviética.

A NEP (Nova Política Econômica) foi um conjunto de medidas propostas por Lênin a fim de reestruturar a economia Russa e pôr fim às desigualdades sociais. Com a NEP algumas práticas capitalistas adentraram a sociedade socialista recém estruturada, o que fez com que boa parte das medidas conquistadas pelas mulheres, retrocedessem. Alguns serviços que delegavam à esfera pública serviços anteriormente tidos como de ordem da esfera privada da vida, começaram a fechar suas portas.

Este problema, que trouxe consigo a questão do amplo desemprego, e o fato de as mulheres estarem retornando exclusivamente ao domínio da casa, da família, somado às ideias patriarcais já arraigadas no seio da sociedade, de que há um lugar específico para as mulheres. O movimento do capitalismo estava ali presente, e as mulheres, mais uma vez dependentes economicamente dos homens.

A sociedade soviética pós revolucionária, tentou separar a ideia de casamento da ideia de família. O divórcio passou a ser um direito garantido, independente de quem tomasse a iniciativa, a partir do Código de 1918, e as pessoas poderiam se casar novamente se assim desejassem. Os bolcheviques queriam separar o conceito de matrimônio do conceito de família, e o casamento civil passou a substituir o domínio da igreja. O problema era que, com o desmoronamento econômico que a União Soviética vivia, com a baixa nos salários, e a piora nas condições de trabalho, a instituição da família ainda representava um refúgio para as mulheres, uma forma de proteção econômica. O casamento ainda era sinônimo de sobrevivência.

Outra questão muito importante é da libertação sexual, que envolve diretamente as discussões relacionadas ao aborto e da criação socializada de crianças. Esta última não envolvendo somente a libertação das mulheres, mas também a realização de todas as necessidades básicas das próprias crianças. Os filhos de muitos trabalhadores sem condições de criar seus filhos, iam para lares infantis do governo, transferidos das cidades, e tinham garantida pelo governo, a alimentação gratuita até os dezesseis anos de idade.

Conforme as condições econômicas iam se deteriorando, começaram a faltar os suprimentos básicos ao mesmo tempo em que a quantidade de crianças nos lares ia aumentando. Em 1921, dois anos após a autorização da alimentação gratuita até o fim da infância, ela foi cortada. Faltavam roupas, sapatos, todo tipo de material básico. A instabilidade econômica trazida pela NEP, somada a outros fatores importantíssimos como a Guerra Civil, a Primeira

Guerra Mundial e a grande crise econômica de 1921, tornou insustentável para os soviéticos pôr em prática a ideia da socialização dos cuidados das crianças.

O Código de 1918 proibia a adoção, com o intuito de se resguardar as crianças dos possíveis abusos e exploração familiar, já que muitas famílias adotavam crianças justamente para trabalhar. Porém, com o agravamento da situação das crianças, elas foram pouco a pouco tiradas dos lares e enviadas à famílias camponesas juntamente com alguma verba e capacitação profissional. Em 1925 a adoção já estava novamente regulamentada. Notamos que, a instituição da família, que a União Soviética lutou tanto para suprimir, pouco a pouco passou a ganhar vida novamente para que buracos econômicos fossem tapados.

Voltando o foco para o aborto, as mulheres tiveram, a partir de 1920 a possibilidade de escolha de interromper ou não sua gravidez em hospitais e por profissionais capacitados. O problema é que o aborto passou a se tornar o principal método contraceptivo, já que os métodos contraceptivos daquela época eram de difícil acesso. O Estado passou a tentar limitar a quantidade de procedimentos instituindo uma ordem de prioridade e também por meio da burocratização. Era uma hierarquia de vulnerabilidade social.

Muitas mulheres ainda recorriam a métodos caseiros ou a parteiras para realizar o procedimento. Em 1920, o número de abortos superou o número de nascimentos e a reprodução passou a ser uma questão de interesse do Estado. Vemos novamente a história se repetir, assim como na época da caça às bruxas, as mulheres tendo o controle de seus corpos negados em nome da reprodução da força de trabalho.

Em 1936 o aborto foi proibido e o Estado passou a dar incentivos para mulheres grávidas ou mães de crianças pequenas. Toda essa situação foi vista por Wendy Goldman como a volta definitiva da instituição da família, basicamente em seu formato original. Goldman expõe que, para cada avanço conquistado com muita luta na União Soviética, uma série de desdobramentos trouxeram seu retrocesso.

A autora defende o acesso amplificado à creches, lavanderias e alimentação popular como uma forma de libertação da mulher. Mas libertá-las somente do trabalho doméstico não é o caminho. A liberdade sexual também é importante e ela só será alcançada a partir do momento que os homens se responsabilizarem como iguais por todas as tarefas da esfera privada da vida, incluindo os filhos.

Um dos grandes objetivos da sociedade socialista soviética era a plena emancipação da mulher. Ao homem, era permitido o pleno desenvolvimento de suas capacidades, enquanto à mulher, sobrava o fardo do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. A igualdade deveria ser não somente perante a lei, mas também na vida cotidiana. Os revolucionários

propuseram socializar o trabalho doméstico por meio de creches, restaurantes e lavanderias comunitárias, reduzindo o trabalho doméstico ao mínimo possível, para que as mulheres pudessem gozar de plena igualdade.

Esse era o lado material do problema, ainda existia um lado fundamental, que eram as formas de relação manchadas pelos desdobramentos de uma sociedade capitalista. Goldman se ocupou majoritariamente destas discussões, que envolviam questões como o amor livre, a criação socializada de crianças, a organização familiar e as hierarquias sociais.

4.1 Família, criação dos filhos e trabalho doméstico

Os revolucionários russos argumentam que somente o socialismo é capaz de resolver a contradição entre trabalho e esfera doméstica, sentida na pele por séculos pelas mulheres. Com o advento da industrialização as mulheres foram forçadas (assim como os homens já o eram), a trabalhar por salários. Passaram a exercer um segundo tipo de ocupação, além do trabalho não remunerado na esfera privada da vida.

A autora Soviética Alexandra Kollontai⁶⁵, ao contrário do que diz Federici, trata o trabalho doméstico como trabalho improdutivo. O motivo é que o trabalho materno e doméstico não é trabalho diretamente econômico. Não cria valor na esfera pública da vida, apesar de reproduzir força de trabalho.

Presas em dupla jornadas de trabalho, não eram capazes de competir em pé de igualdade com os homens. A família era um lugar de subsistência e cumpria papéis sociais. O casamento existia sob a pressão da dependência econômica e da necessidade. Esta proposta de libertação, somada à obsolência do Estado nas relações, resultaria no definhamento da família, já que esta não mais carregaria o peso das funções sociais; e os indivíduos seriam completamente livres para se relacionar somente com base no respeito e no amor.

A família, na sua forma atual, não é outra coisa senão uma das ruínas do passado. Sólida, encerrada em si mesma e indissolúvel, já que se considera como tal o matrimônio abençoado pelo *pope*, era também necessário que assim fosse para todos os membros. Se a família não tivesse existido, quem teria alimentado, vestido e educado as crianças e quem as teria guiado através da vida? A sorte do órfão era no passado a pior de todas as sortes. Na família a que estamos acostumados, o marido trabalha e mantém a mulher e os filhos, enquanto a mulher se ocupa da casa e educa os filhos, de acordo com o que pensa desta missão.⁶⁶

⁶⁵ KOLLONTAI, 1918. Os textos da autora utilizados neste trabalho são uma tradução do site marxists.org. Por este motivo não possuem paginação.

⁶⁶ KOLLONTAI, 1918.

Aqui, Kollontai descreve como a família era unidade básica de produção; era unidade de subsistência. Este não deve ser o papel da família. Este papel aloca os indivíduos com menor poder econômico em um nível extremamente baixo da hierarquia criada pela família patriarcal.

Era um consenso entre os teóricos socialistas a ideias de que a família definharia, mas a forma como organizar o trabalho doméstico ainda provocava discussões acaloradas. “O que em primeiro lugar contribuiu para transformar de modo radical os usos da família, foi, sem dúvida, a difusão universal do trabalho assalariado da mulher.”⁶⁷ O próprio capitalismo, em suas contradições, iniciou o processo de dissolução da família em seu significado mais burguês.

Ao contrário das feministas modernas, que defendem a redistribuição das tarefas domésticas *dentro da família*, aumentando porção do homem nas responsabilidades domésticas, os teóricos bolcheviques buscavam transferir o trabalho doméstico para a esfera pública. [...] A abolição da família, em vez do conflito de gêneros dentro dela, era a chave da emancipação das mulheres.⁶⁸

De acordo com essa visão, a família é uma instituição que surgiu historicamente como uma forma de garantir a transmissão da propriedade e da riqueza de uma geração para outra. Ela é baseada em relações patriarcais de poder e subordinação, em que o homem é o chefe da família e as mulheres e crianças são subordinadas a ele.

No entanto, em uma sociedade socialista, em que a propriedade e os meios de produção são coletivizados e a igualdade entre homens e mulheres é uma prioridade, essa forma de organização familiar perde a sua razão de ser. Em vez disso, a sociedade como um todo se torna responsável pelo cuidado das crianças e pelos cuidados com os idosos e doentes.

O matrimônio ficará purificado de todos seus elementos materiais, de todos os cálculos de dinheiros que constituem a repugnante mancha da vida familiar de nosso tempo. O matrimônio se transformará de agora em diante na união sublime de duas almas que se amam, que se professem fé mútua. Uma união desse tipo promete a todo operário, a toda operária, a mais completa felicidade, o máximo de satisfação que pode caber a criaturas conscientes de si mesmas e da vida que as rodeia. Esta união livre, forte no sentimento de camaradagem em que está inspirada, em vez de escravidão conjugal do passado, é o que a sociedade comunista de amanhã oferecerá a homens e mulheres⁶⁹

Dessa forma, a visão socialista do definhamento da família não significa que a família deixará de existir completamente, mas sim que ela será transformada em uma forma de organização mais coletiva e igualitária, em que as responsabilidades serão compartilhadas entre todos os membros da sociedade. Isso permitiria que as pessoas tivessem mais liberdade e autonomia para desenvolver suas vidas de acordo com seus próprios desejos e necessidades, sem estarem presas a papéis familiares rígidos e opressivos.

⁶⁷ KOLLONTAI, 1918.

⁶⁸ GOLDMAN, 2014, p. 24.

⁶⁹ KOLLONTAI, 1920.

Que vida de família é aquela em que o marido e a mulher trabalham fora de casa, em que a mulher nem sequer tem tempo de preparar a comida dos seus! Que vida de família é a que o pai e a mãe podem passar apenas alguns momentos com seus filhos! Em outros tempos a vida da família era muito diferente; a mãe, dona de casa, permanecia no lar, ocupando-se dele, e não cessava de cuidar dos filhos. Hoje, mal nasce o dia, ao primeiro apito da sirene da fábrica, a operária corre para o trabalho; e, quando vem, à noite, de novo ao apito da sirene, apressa-se em voltar para casa para preparar a comida da família e fazer os trabalhos de casa mais urgentes.⁷⁰

O fardo da dupla jornada de trabalho é sempre muito citado, muito criticado. Mas, em nenhum momento, questiona-se os demais papéis sociais. Por que só a mulher cuida da casa e dos filhos? Por que o fardo do trabalho doméstico não recai sobre os homens? Dividir o trabalho doméstico com os demais membros do lar não é uma maneira de amenizar o fardo das mulheres?

A participação da mulher na vida pública, política e social é peça fundamental para que as relações baseadas no respeito e no companheirismo se desenvolvam. A liberdade de união sexual poderia acarretar alguns problemas se não fosse limitada no período de transição. As mulheres ainda tinham medo da livre expressão da sexualidade pelo medo da gravidez indesejada. Se os homens permanecem sexualmente irresponsáveis, e o Estado ainda não é capaz de prover o cuidado das crianças, as mulheres sofrem. E a partir do momento que a liberdade sexual resulta em uma nova vida, ela se torna de interesse e responsabilidade da comunidade.

Outra questão que os teóricos soviéticos discordavam era sobre a primazia do papel dos pais na criação de seus filhos. Alguns acreditavam que o Estado deveria assumir completamente a responsabilidade pelas crianças, e que os pais não deveriam manter laços emocionais; outros defendiam que os pais deveriam manter laços emocionais com as crianças, mas sem criá-los em casa. Porém todos concordavam que a maternidade não mais seria a responsável por manter as mulheres fora da vida pública.

4.2 União livre, criação socializada de crianças e socialização do trabalho doméstico

A promessa bolchevique de emancipação era embasada sob alguns eixos: emancipação das mulheres, socialização do trabalho doméstico, união livre e supressão da família. Goldman visualizou alguns problemas para as soluções diretas propostas pelos bolcheviques⁷¹. Em primeiro lugar, não se preocuparam em redistribuir os papéis de gênero dentro da esfera privada,

⁷⁰ KOLLONTAI, 1918.

⁷¹ GOLDMAN, 2014, p. 48.

somente transferiram as tarefas domésticas para a esfera pública, continuando uma tradição histórica de desresponsabilizar os homens de certos tipos de afazeres.

Em segundo lugar, relegaram ao trabalho doméstico o título de atraso político e depositaram no trabalho assalariado a promessa de emancipação, ou seja, as mulheres deveriam se assemelhar aos homens trabalhadores para que se libertassem. Não fizeram o menor esforço em atribuir valor ao trabalho doméstico, que como dito por Silvia Federici, é acumulação primitiva.

Em terceiro lugar, subestimaram completamente a importância dos laços afetivos entre as crianças e seus pais, e sua importância para um pleno desenvolvimento do que viria a ser um adulto saudável. Por último, depositaram no Estado quase cem por cento do peso da liberdade individual, o que soa um pouco contraditório, já que a concretização da liberdade do indivíduo passa a depender, em escala proporcional, do controle do Estado sobre o mesmo. Segundo Goldman, é um ideal que está sujeito ao desequilíbrio.

O grande problema da aplicação da ideia de amor livre era a extrema pobreza que acometia as mulheres. Enquanto os homens podiam prosperar, as mulheres mal sobreviviam fora da instituição do casamento.

O fenômeno da entrada das mulheres na força de trabalho acarretou algumas consequências; uma delas foi a redução geral dos salários, já que se pagava menos às mulheres, os patrões preferiam empregá-las para ter mão de obra mais barata, ou então, equiparar o salário dos homens ao salário delas. Isso fez com que os homens se rebelassem contra sua entrada na indústria e no trabalho assalariado, pois ou recebiam menos, ou estavam desempregados.

Como exposto por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, os empregadores, cada vez mais, substituíam a mão de obra masculina pela feminina, com declínio considerável de salário. Teóricos socialistas “se viram forçados a confrontar os problemas criados pelo trabalho feminino no local de trabalho e em casa.”⁷² Entendendo que não era possível reverter o fenômeno massivo da entrada das mulheres na força de trabalho, buscaram criar melhorias para sua situação,

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels argumentaram que a nova família proletária era um protótipo de futuras relações sociais. Ao contrário da família burguesa, baseada na propriedade, a família da classe trabalhadora se unia por laços de genuína afeição. [...] Marx e Engels abandonaram os estereótipos convencionais de uma vida familiar apropriada em favor de uma visão romântica da união de indivíduos não motivada por considerações de propriedade. [...] Contrastaram repetidamente os casamentos sem amor da burguesia proprietária com as uniões afetivas do proletariado despossuído. Em

⁷² GOLDMAN, 2014, p. 49.

sua opinião, a propriedade era o principal obstáculo para relações baseadas no amor, igualdade e respeito mútuo.⁷³

A abolição da propriedade privada e a criação de uma economia doméstica comunal era o fundamento da libertação das mulheres. No socialismo, as relações somente interessariam aos indivíduos envolvidos e não seriam assunto do Estado ou da religião. Essa seria, futuramente, a base das ideias bolcheviques para a organização de uma sociedade mais igualitária.

As mulheres, ao se dedicarem plenamente ao serviço doméstico e aos filhos, não conseguiam se desenvolver social e economicamente; e ao se lançarem na esfera pública, e no trabalho assalariado, não conseguiam se dedicar plenamente à sua família e seus filhos. Havia sempre uma contradição entre a vida pública produtiva e a vida privada reprodutiva.

Engels acreditava que essa contradição entre a antiga organização familiar, baseada nos serviços domésticos privados da esposa, e o aumento do envolvimento das mulheres na produção não poderia ser resolvida sob o capitalismo. O capitalismo criava as condições prévias para a libertação das mulheres ao lhes dar independência econômica, mas somente o socialismo poderia criar uma nova organização familiar que correspondesse apropriadamente aos novos papéis das mulheres.⁷⁴

Entendendo que a mudança nas leis era um primeiro passo para uma efetiva libertação feminina, em dezembro de 1917, os bolcheviques assinaram dois decretos importantes: um substituía o casamento religioso pelo civil, e outro regulamentava o divórcio a pedido de qualquer parte interessada. Em outubro de 1918 foi lançado o Código do casamento, da Família e da Tutela, que firmou novas regras embasadas apenas na igualdade de gênero e de direitos.

Porém, é precisamente esta facilidade para obter o divórcio, fonte de tantas esperanças para as mulheres que são desgraçadas em seu matrimônio, o que assusta outras mulheres, particularmente aquelas que consideram o marido como o "provedor" da família, como o único sustento da vida, a essas mulheres que não compreendem que devem acostumar-se a buscar e a encontrar esse sustento em outro lugar, não na pessoa do homem, mas sim na pessoa da sociedade, do estado.⁷⁵

A facilidade para obtenção do divórcio concedida pela União Soviética assustou muitas mulheres pela insegurança financeira que trazia consigo. Pelo medo de se verem subitamente abandonadas pelos seus maridos e sem um sustento financeiro. “Porém, desde os últimos cinquenta ou sessenta anos, temos visto na Rússia (com anterioridade em outros países) que o regime capitalista obriga as mulheres a buscar trabalho remunerado fora da família, fora de casa.”⁷⁶

⁷³ GOLDMAN, 2014, p. 54.

⁷⁴ GOLDMAN, 2014, p. 60.

⁷⁵ KOLLONTAI, 1920.

⁷⁶ KOLLONTAI, 1920.

Na Rússia pré-revolucionária, a lei conferia poder à religião para controlar o casamento e o divórcio. As mulheres deviam obediência incondicional a seus maridos, deviam adotar seu nome, e não podiam obter educação, trabalhar ou obter documentos sem a autorização de seu cônjuge. Às mulheres não era conferido nenhum tipo de poder ou escolha. Estas relações de poder também se refletiam na relação entre pais e filhos. “O pai exercia poder quase incondicional sobre seus filhos não somente até a maioridade, mas por toda a vida.”⁷⁷ Somente filhos concebidos em casamentos reconhecidos eram considerados legítimos.

O novo Código

Aboliu o *status* legal inferior das mulheres e estabeleceu igualdade perante a lei. Ao eliminar a validade do casamento religioso, garantiu *status* legal somente ao casamento civil e organizou escritórios de estatísticas (conhecidos como Zags) para o registro de casamento, divórcio, nascimento e morte. O Código garantia o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges: não era necessária uma justificativa. E ampliava as mesmas garantias de pensão alimentícia para o homem e para a mulher.

O Código varreu séculos de leis de propriedade e privilégio masculino ao abolir a ilegitimidade e garantir a todos os filhos o direito de serem sustentados por seus pais. Todos os filhos, nascidos dentro ou fora de um casamento registrado, tinham direitos iguais. Dessa forma, o Código separou o conceito de casamento do de família, ao criar obrigações familiares independentes do contrato matrimonial.⁷⁸

Separar o conceito de casamento do conceito de família constitui um marco extremamente importante em sua sociedade revolucionária, pois se retira, quase completamente, o poder conferido ao Estado e à religião sobre laços que foram formatados por séculos pelos mesmos; o que gerou uma avalanche de questões sociais e econômicas. As relações familiares deixam de estar conectadas pela instituição do casamento. Além disso, o código restringiu a questão da propriedade compartilhada: a mulher tinha o total controle de sua renda e de sua propriedade depois do casamento.

O primeiro passo para a transferência do cuidado das crianças para as mãos do Estado foi dado com a proibição da adoção. A grande maioria das famílias era camponesa e a sociedade soviética era predominantemente agrária. Era uma preocupação que as famílias tratassem crianças órfãs como mão de obra gratuita oferecida pelo Estado.

É importante ressaltar, que apesar da radicalidade do Código de 1918, ele era tratado como uma legislação de transição, não representando ainda, as leis socialistas. “O objetivo da lei não era fortalecer a família nem o Estado”⁷⁹. De acordo com os preceitos socialistas, tanto a

⁷⁷ GOLDMAN, 2014, p. 70.

⁷⁸ GOLDMAN, 2014, p. 72.

⁷⁹ GOLDMAN, 2014, p. 74.

lei, quanto o Estado e a família, definhariam, e as leis não mais seriam necessárias, como são no Estado capitalista.

Apesar de o Código tratar sobre o casamento, sob o socialismo, como já dito anteriormente, as uniões seriam livres. A ideia do Código era fazer uma transição entre o Estado burguês e o socialismo propriamente; a expectativa era de que a sua existência não fosse mais necessária. Alguns juristas chegaram a propor que os únicos registros importantes no Estado socialista fossem os de nascimento e morte. “A tarefa da sociedade socialista era destruir essa forma pequeno-burguesa de família.”⁸⁰ Porém, foi reconhecida a importância da manutenção do casamento civil no período de transição, já que sem ele, a população buscaria o casamento religioso e a Igreja manteria seu poder. Assim, a seção sobre o casamento no código foi mantida.

A entrada das mulheres na força de trabalho, apesar das consequências, foi o pilar que sustentou as demais condições para sua independência, já que questionava os papéis de gênero tradicionais e minava o papel social da mulher na família. Os quatro eixos da visão bolchevique foram reafirmados a partir daí. O Código de 1918 representa os primeiros passos dados pelos Bolcheviques rumo a uma sociedade igualitária.

4.3 Os papéis familiares e a situação das crianças

A segunda e a terceira década do século XX foram marcadas por um cenário vertiginoso: crianças famintas e sem lar vagavam pelas ruas moribundas, e em busca de comida. A Guerra Mundial, a fome de 1921 e a guerra civil, somadas a queda brusca nos salários pela substituição da força de trabalho masculina por mulheres e crianças, foram os principais responsáveis pelo crescimento exponencial deste cenário. Como citou Kollontai: “o rumo geral da política sobre a maternidade está correto, mas nossa falta de recursos nos freia.”⁸¹

Não havia abastecimento de comida; abastecimento de óleo e carvão (que eram responsáveis pelo aquecimento de fogões antigos), não chegavam às cidades, e as pessoas morriam de frio e fome. Inúmeras crianças estavam sendo abandonadas e a prostituição infantil aumentou massivamente.

Fábricas fecharam e a comida desapareceu; habitantes das cidades voltaram para suas antigas aldeias. Uma delegada do congresso para a Proteção da Infância, em 1920, [...] reportou que Moscou havia perdido 1,2 milhão de habitantes entre maio e outubro de 1918, e que as crianças remanescentes estavam sofrendo terrivelmente. Em 1921, Moscou havia perdido metade de

⁸⁰ GOLDMAN, 2014, p. 77.

⁸¹ KOLLONTAI, 1921.

sua população; Petrogrado, dois terços. O fim da guerra civil trouxe a vitória para o poder soviético, mas o país estava em ruínas.⁸²

Em 1919 ocorreu a primeira reunião com o objetivo de tratar a situação das crianças. A reunião envolveu pedagogos e ativistas sociais. A questão primordialmente discutida foi a da substituição da família pelo Estado e a forma como isto ocorreria. Crianças não deveriam ser punidas e sim reabilitadas. As instituições do Estado deviam ser “familiares”, com toda estrutura e pessoal necessário, e teriam portas abertas, para que as crianças entrassem ou saíssem quando desejassem. A esperança era que isto contribuísse genuinamente para a libertação da mulher.

Enquanto o novo governo deliberava sobre o futuro, o plano imediato acontecia: crianças estavam sendo evacuadas, aos montes, para lares infantis nos campos, onde supostamente haviam provisões de grãos, que poderiam alimentá-las. As crianças estavam sendo enviadas para antigas propriedades nobres abandonadas. Porém muitas propriedades não estavam aptas à habitação, devido a quantidade de saques e à guerra, e a quantidade crescente de crianças que chegavam nos lares devastavam as províncias ricas em alimentos.

Após a deliberação do Congresso, foi organizado o Soviete para a Proteção das Crianças, que ficou encarregado de cuidar das provisões básicas. “Em maio e junho, o governo autorizou alimentação gratuita para todas as crianças até os dezesseis anos de idade.”⁸³ As crianças continuaram a ser evacuadas na esperança de um destino melhor do que tinham na cidade.

Em 1921, a fome e as doenças assolavam as crianças na União Soviética. Cadáveres infantis cobriam as cidades, sem serem recolhidos. Crianças famintas, abandonadas ou órfãs superlotavam os lares, que não tinham provisões básicas nem para a quantidade de crianças que suportavam, e nada recebiam. Morriam de fome, frio e doenças aos montes, a cada dia. “As condições em alguns desses lares eram tão horrorosas que as equipes os abandonavam: não era possível convencer as pessoas a trabalhar neles. Outros lares simplesmente fechavam por falta de comida. As crianças desapareciam nas ruas.”⁸⁴

As crianças passaram a ser evacuadas dos campos que haviam sido mandadas (que em dois anos zeraram sua produção e ficaram destruídos), de volta às cidades, para os abrigos. Apesar dos esforços da Comissão de Melhoramento da Vida das Crianças, ou *Detkomissia*, que reabriram escolas fechadas como refeitórios e enviaram alimentos em massa às cidades,

⁸² GOLDMAN, 2014, P; 99-100.

⁸³ GOLDMAN, 2014, p. 103.

⁸⁴ GOLDMAN, 2014, p. 107.

somente 10% da população infantil conseguia se alimentar. Não havia comida suficiente. Diante da situação alarmante e indo contra o próprio Código de 1918 que vetou a adoção, o governo passou a abrigar algumas crianças com famílias camponesas, para tentar reduzir a situação.

A família não havia definhado gradualmente, ela havia sido esmagada. Os golpes brutais da guerra e da fome rapidamente alcançaram o que os teóricos soviéticos haviam imaginado para um futuro mais distante. E o novo Estado se encontrava completamente despreparado para abrigar os escombros humanos.⁸⁵

A medida reparadora para este cenário proposta por Lênin ficou conhecida como NEP (Nova Política Econômica), que propunha um imposto fixo, no lugar do confisco, e permitia que os camponeses comercializassem o excedente. O objetivo inicial era aumentar a produção de grãos para que o Estado conseguisse alimentar a população e manter a assistência. Porém, o mercado, a indústria e o investimento renasceram daí. A forma de economia capitalista começa a ressurgir dentro da União Soviética e isso impactou os estabelecimentos públicos assistenciais do governo.

O orçamento estatal foi reintroduzido e os serviços públicos, como refeitórios e creches, passaram a ser pagos. Os custos operacionais eram transferidos aos municípios. Os recursos passaram a ser injetados em empresas que eram lucrativas e a assistência foi desmoronando de forma muito rápida. Inúmeros lares de crianças e creches foram fechados por falta de recurso. Crianças eram expulsas para as ruas e as admissões dentro dos lares remanescentes passou a ser restrita e criteriosa. O sonho da economia planificada foi ruindo e arrastando consigo o plano da libertação feminina.

De importância equivalente, a falta de creches minou qualquer esforço de libertar as mulheres. Mães não tinham oportunidades de obter habilidades de trabalho e educação formal ou de participar da vida pública ou política. Mães casadas, dependentes do salário de seus maridos, permaneceram amarradas à família. Mães solteiras enfrentavam uma situação ainda pior: eram incapazes de supervisionar seus filhos se encontrassem trabalho e incapazes de sustentá-los se não o fizessem.⁸⁶

Este cenário influenciou diretamente no aumento exponencial da criminalidade entre as crianças e adolescentes das ruas. Sobreviviam com base na mentira, roubavam, assaltavam, se juntavam a gangues, invadiam casas e apartamentos, roubavam passageiros desprevenidos nas estações de trem, e despertavam o descrédito e o menosprezo da população. O crime era consequência direta do desamparo. “O governo deveria lançar um ataque a essas condições subjacentes, e não às próprias crianças.”⁸⁷

⁸⁵ GOLDMAN, 2014, p. 110.

⁸⁶ GOLDMAN, 2014, p. 115.

⁸⁷ GOLDMAN, 2014, p. 119.

A situação das crianças causava um efeito dominó na sociedade. Quando eram apreendidas e reenviadas aos lares ou às suas famílias, eram devolvidas às ruas ou fugiam por falta de recursos econômicos para mantê-las. As comissões que cuidavam das crianças não tinham muito o que fazer se não repreendê-las verbalmente.

As crianças sem lar cresciam nas ruas ou nos lares restantes sem perspectivas de futuro, sem provisões, sem estudo ou capacitação, e havia um medo generalizado de que se tornassem um grande grupo social de vagabundos antagônicos aos ideais do Estado Socialista. Os adolescentes passaram à ser enviados para trabalhar em fábricas e fazendas. O estado estava profundamente dividido entre fechar os lares e cortar despesas, e mantê-los, admitindo novas crianças nos lugares dos adolescentes.

Diante do cenário tenebroso das cidades durante os anos 1920, houve uma reversão nos ideais socialistas: o Estado passou a tentar estimular as famílias a abrigarem e criarem as próprias crianças, já que os lares, que faziam parte da proposta inicial de criação socializada, não suportavam atender a demanda. “Aqui jazia um reconhecimento tácito que a família desempenhava uma função essencial – criar os filhos – com custo social mínimo.”⁸⁸

A importância do trabalho feminino não remunerado na esfera doméstica fica muito clara: o trabalho doméstico é valioso para o Estado. Transferir o trabalho socialmente necessário da esfera privada da vida para a esfera pública tinha um custo muito alto que a União Soviética não conseguiu bancar. A criação socializada não era possível, pois “o país mal conseguia sustentar os órfãos que já tinha”⁸⁹.

As visões originais da União Soviética deram lugar à dura necessidade imposta pela realidade e pelo fracasso da economia: o Código de 1918 foi revogado e a adoção foi incentivada como uma forma de desatolar os lares de crianças ou de retirar as crianças das ruas. As famílias camponesas interessadas em adotar poderiam receber uma criança, uma quantia mensal em dinheiro, um lote adicional de terra. A criança teria direito à educação gratuita e materiais escolares.

As condições de adoção eram flexibilizadas e o governo fazia vista grossa. As famílias camponesas recebiam dinheiro, terra e um trabalhador com zero custo. A família, que seria inevitavelmente extinta sob o governo socialista, foi ressuscitada como uma forma de resolver o problema das crianças sem lar “porque era a única instituição que podia alimentar, vestir e socializar a criança com um custo quase nulo para o Estado.”⁹⁰ O Estado recorreu novamente

⁸⁸ GOLDMAN, 2014, p. 137.

⁸⁹ GOLDMAN, 2014, p. 137.

⁹⁰ GOLDMAN, 2014, p. 140.

aos papéis sociais da família, e da mulher, para desatolar seus problemas e sua economia. A preocupação com a mulher e sua libertação foi relegada ao segundo plano.

4.4 A questão do divórcio, casamento e mulheres na força de trabalho

Ainda no que tange à família, o Código de 1918 tornou o divórcio um direito inerente e de fácil acesso à qualquer cidadão. Era um aspecto da vida que deixava claro as diferenças de gênero e classe. Enquanto mulheres de classe alta e média clamavam por sua independência, as mulheres proletárias se refugiavam dentro do casamento para sobreviver. A grande maioria não tinha qualificação profissional e nem acesso à educação. A união livre, incentivada na União Soviética, foi dificultada pelas condições da NEP. As mulheres estavam extremamente dependentes da família devido ao desemprego, à falta de creches e assistencialismo em geral.

Em 1918, em Moscou, o número de divórcios ultrapassou o de casamentos em mais de mil. O casamento civil passou a ser a única forma de matrimônio com validade legal. A medida, apesar de controversa, já que o objetivo era a dissolução da família, era uma medida de transição que visava quebrar o controle da igreja presente sob todo o regime czarista. A maioria esmagadora dos casais que estavam se divorciando nos primeiros anos do Código eram de classes altas, o que comprovava a visão de que a instituição do casamento era baseada no interesse e na propriedade, e não no amor.

Nos anos 1920 a lei do divórcio impactou as práticas populares e o número cresceu exponencialmente, não só nas classes altas. O número de casamentos civis também aumentava. A união baseada no amor e no interesse mútuo estava caindo no gosto da população. Ao mesmo tempo, as mulheres enchiam os tribunais buscando suporte financeiro e pensão para as crianças que os homens haviam deixado pra trás, ao as abandonarem ou se divorciarem delas.

Facilitando aquilo que alguns consideravam como “amor livre”, a lei promoveu aquilo que outros consideravam “depravação”, obscurecendo os limites entre liberdade e caos. [...] Ainda que o Código de 1918 ampliasse o direito ao divórcio para homens e mulheres igualmente, a oportunidade de se beneficiar desse direito era em grande medida determinada por circunstâncias de classe e gênero.⁹¹

Ao fim da guerra civil em 1920, as mulheres eram quase metade da força de trabalho na produção industrial na Rússia. As mudanças ocasionadas pela NEP, somada à situação geral que envolvia a dificuldade da criação das crianças e ao fato de os homens estarem voltando da guerra e retornando à força de trabalho, culminou no desemprego em massa das mulheres.

⁹¹ GOLDMAN, 2014, p. 149.

“Homens e mulheres competiam por empregos em um restrito mercado de trabalho, e as mulheres invariavelmente perdiam.”⁹²

As mulheres eram a maioria da força de trabalho desempregada e as que mais se candidatavam nos centros de emprego. “Os tempos mudaram. Fábricas foram criadas; oficinas foram abertas. A pobreza expulsou as mulheres de seus lares; a fábrica as puxou com a sua garra de ferro.”⁹³ E mesmo assim as reais estatísticas eram escondidas, já que só podiam se candidatar nos centros aquelas pessoas que já haviam tido a experiência de um emprego formal. Trabalhadoras do lar e mulheres camponesas que buscavam pelo seu primeiro emprego “não estavam aptas a se cadastrar para os centros de emprego e, assim, não apareciam nas estatísticas oficiais.”⁹⁴

Só eram associadas aos sindicatos as mulheres que possuíam ou já possuíram emprego, e 84% delas nunca haviam tido emprego assalariado. Assim, não podiam se inscrever em empregos porque não eram associadas aos sindicatos, e não podiam se associar aos sindicatos porque não possuíam empregos.⁹⁵

Com a recuperação da economia nos anos 1920, o número de mulheres empregadas cresceu, mas em porcentagem, se manteve estável. Os homens se mantiveram como a maioria esmagadora da força de trabalho.

Os homens eram absorvidos muito mais rapidamente pela economia em expansão. As mulheres, que foram as primeiras a serem demitidas no início da NEP, foram as últimas a serem contratadas no seu período final. [...] Tendo escolha, muitos administradores claramente preferiam demitir mulheres do que homens. Ironicamente, as características mais progressistas da legislação trabalhista soviética, tais como a licença-maternidade remunerada, a proibição do trabalho noturno para as mulheres e as restrições de trabalho para as mulheres grávidas e lactantes, frequentemente incitavam os administradores a demitir mulheres e substituí-las por homens. As mulheres eram consideradas mais custosas de se empregar.⁹⁶

Com o objetivo de parar a diminuição massiva das mulheres das indústrias, o XIII Congresso do Partido, os sindicatos e o Comissariado do Trabalho, emitiram decretos que solicitavam que em caso de demissões, a proporção de mulheres fosse igual à de homens; mulheres em licença e grávidas não poderiam ser cortadas da força de trabalho; mulheres com bebês tinham prioridade de permanência e as que fossem demitidas, podiam utilizar a creche dos trabalhadores.

⁹² GOLDMAN, 2014, p. 151.

⁹³ KOLLONTAI, 1916.

⁹⁴ GOLDMAN, 2014, p. 153.

⁹⁵ GOLDMAN, 2014, p. 153.

⁹⁶ GOLDMAN, 2014, p. 155-156.

Os administradores, contudo, deram pouca atenção aos decretos e apelos, e mantinham suas práticas sexistas. Seu objetivo era maximizar os lucros com o menor custo possível. Em nome da sobrevivência das mulheres, o governo retrocedeu em algumas conquistas sociais que haviam conquistado para as mulheres: houve a queda da restrição ao trabalho noturno, sua entrada em indústrias que antes eram consideradas prejudiciais à sua saúde, foi permitida, e a legislação que garantia que suas necessidades como mães fossem atendidas, foi abolida. E mesmo assim, a discriminação sexista dentro das indústrias continuava acontecendo e as mulheres continuaram desempregadas.

Diante deste cenário, salta aos nossos olhos as consequências desastrosas que o livre divórcio pode exercer sobre a vida da mulher proletária: se são abandonadas pelo marido, sua sobrevivência fica comprometida. O ideal da união livre não se aplica na vivência da classe proletária, e mais uma vez, o que era para tornar a vida da mulher menos penosa, passa a prejudicá-la. Novamente, os ideais da União Soviética são esmagados pela concretude da vida e das relações econômicas.

A NEP também foi responsável pelo aumento exponencial da prostituição nos anos 1920. As mulheres não conseguiam trabalho, eram abandonadas por seus maridos com filhos pequenos e pais idosos que não podiam trabalhar, perdiam suas casas, e encontravam, na prostituição, uma lucratividade maior do que na mendicância. A linha que separava as mulheres sem teto, das desempregadas era tênue. “Era uma ridicularização da ideia de que as mulheres eram indivíduos livres e independentes, que podiam entrar em uma união baseada na livre escolha”⁹⁷ (p. 165) A prostituição era o que as separava da fome.

Não só desemprego impelia as mulheres à prostituição. Os seus salários eram substancialmente menores que os dos homens, pois não possuíam qualificação, e com o retorno dos homens ao mercado de trabalho, eram empurradas novamente aos setores predominantemente femininos e mal remunerados. “Conforme a economia se recuperava gradualmente, a divisão pré-guerra de gênero no trabalho se restabelecia”. Seus salários, que muitas vezes eram metade ou pouco mais da metade, que o dos homens, não eram suficientes para sua sobrevivência, se elas estivessem sozinhas.

O colapso financeiro das mulheres também foi diretamente afetado pelo fechamento dos lares de crianças e creches anteriormente citado. “As mulheres desempregadas não eram cobertas pelo seguro e não recebiam ajuda alguma com a gravidez, parto ou cuidado com os

⁹⁷ GOLDMAN, 2014, p. 165.

filhos.”⁹⁸ Sob a NEP, os restaurantes comunitários, que também funcionavam com muito custo, foram fechados, o que fez com que a classe trabalhadora voltasse a se alimentar em casa, e devolveu às mulheres basicamente todo o trabalho doméstico.

Dadas as suas responsabilidades domésticas, não era surpreendente que as mulheres tivessem uma taxa mais alta de analfabetismo e menor interesse em política e atualidades. Uma mulher dificilmente poderia compartilhar das mesmas preocupações e interesses de seu marido quando seus horizontes estavam bloqueados, dia após dia, por pilhas de lençóis e louça suja.⁹⁹

Libertar as mulheres do fardo familiar não significa só a união livre e o direito ao divórcio. A proposta daquela sociedade era que tudo isso, em conjunto com a socialização das tarefas, promovesse melhor qualidade de vida e oportunidades iguais para as mulheres. O trabalho não mais poderia ser segregado por gênero e sem isso, o socialismo não seria um sucesso.

Outro fator que demonstrava o retrocesso da União Soviética após as conquistas no plano da libertação feminina era a quantidade de solicitações por pensões alimentícias nos anos 1920. O número aumentava ano após ano, o que mostrava o empobrecimento gradual das mulheres, ou o abandono por parte de seus companheiros. Cada vez mais, elas lutavam por um pouco dos salários dos homens. “As mulheres raramente conseguiam viver com a quantia estabelecida pelos tribunais, e os homens raramente podiam pagá-las.”¹⁰⁰ A dependência das mulheres estava intimamente ligada à pobreza.

O divórcio trazia consigo muitos obstáculos financeiros. Famílias não conseguiam suprir suas despesas básicas só com os salários dos homens. Se o homem se divorciasse, pagasse pensão e tivesse nova família, seria mais difícil ainda. A mulher que recebia pensão, sem emprego, não conseguia suprir suas despesas e as de seu filho. Os juízes dos tribunais tomavam partido pela proteção das mulheres e das crianças, o que não resolvia os problemas sociais que levavam essas mulheres em busca dos tribunais; era só um paliativo. A independência feminina estava impedida pela unidade familiar.

A aplicação da lei familiar soviética no campo trouxe problemas únicos, tanto para camponeses quanto para juristas. A lei garantia o direito de que os camponeses vivessem separados de seus cônjuges, garantia o direito ao divórcio, de receber pensão alimentícia, de receber pensão para os filhos, mas todos esses direitos entraram em conflito direto com um sistema de cultivo de base familiar, que colocava pouca ênfase nos direitos individuais. Diferente da família da classe trabalhadora urbana, os membros da família camponesa não trabalhavam por salários individuais. Eles trabalhavam juntos, consumindo coletivamente o que produziam. A lei familiar soviética, que enfatizava os

⁹⁸ GOLDMAN, 2014, p. 170.

⁹⁹ GOLDMAN, 2014, p. 173.

¹⁰⁰ GOLDMAN, 2014, p. 183-184.

valores da liberdade individual, igualdade de gênero e independência, estava notavelmente em conflito com a economia e os costumes sociais da aldeia.¹⁰¹

O Código da Terra, aprovado em 1922, centralizou toda a terra nas mãos do Estado e reconheceu o papel da comuna. Todos os membros familiares, sem distinção de sexo, poderiam fazer parte da comuna e tinham direito ao voto para decisões de terra e propriedade, ou assuntos comuns. Tudo pertencia a todos os membros, e não somente aos homens, como de costume, e as mulheres não precisavam mais da presença de seus maridos para terem seus direitos assegurados. O papel de chefe de família poderia ser cumprido por uma mulher.

Apesar das inúmeras contradições, essas mudanças refletiam o compromisso dos bolcheviques, com as mulheres camponesas, que possuíam uma vida muito diferente da vida das trabalhadoras industriais, ou mulheres das cidades, mas “pouco fazia para alterar a estrutura patriarcal da vida camponesa”¹⁰², além de possuir algumas contradições que prejudicavam a vida das mulheres camponesas, como o fato de só possuíam parte da propriedade geral da família aquelas pessoas que participaram de pelo menos dois ciclos de semeadura¹⁰³, ou dois anos. As mulheres deixavam os lares de seus pais, perdiam propriedade deste, e não obtinham partilha de propriedade dos maridos por pelo menos seis anos. Era muito fácil, assim como nas cidades, uma mulher ficar sem moradia, sem terra ou qualquer bem material.

Outra diretriz que evidenciava esse compromisso, era a de que a mulher divorciada e com filhos que se casasse novamente, receberia uma parte de direito da propriedade de sua nova família, assim como seus filhos. Porém, no tocante à pensão alimentícia à qual a mulher divorciada e seus filhos teriam direito, foi vetada o uso da propriedade comum para pagamento destas dívidas, ou seja, um camponês não poderia usar sua terra e o fruto do seu trabalho para pagar pensão, mesmo que a maioria esmagadora dos camponeses não possuíssem outra fonte de renda¹⁰⁴. “A combinação da pobreza com a propriedade conjunta privava as mulheres e as crianças dos direitos garantidos a eles pelo Código da Família.”¹⁰⁵

O Código da Família ameaçou as bases conservadoras do campo. Os homens acreditavam que estavam sob novas leis de liberdade sexual e as mulheres acreditavam que era possível fortalecer sua posição social na família tendo em vista a ameaça do divórcio. Os números de pedidos de divórcio e pensão cresciam nos anos 1920, apesar de serem muito

¹⁰¹ GOLDMAN, 2014, p. 188.

¹⁰² GOLDMAN, 2014, p. 198.

¹⁰³ Essa diretriz do Código da Terra foi revogada oito meses depois, e passou a não se aplicar à membros do casamento.

¹⁰⁴ Essa diretriz também foi revogada, em julho de 1923.

¹⁰⁵ GOLDMAN, 2014, p. 205.

menores que nas cidades; isto demonstrava crescente adesão às normas socialistas, mesmo no campo. Porém, o divórcio poderia ser um fator comprometedor da vida das mulheres camponesas, tanto socialmente, quanto pelo direito à propriedade familiar.

Os obstáculos para o divórcio e para a independência da mulher não eram somente financeiros, no sentido estrito, mas estavam ligados às mais amplas estruturas econômicas, sociais e políticas da vida na aldeia. A mulher divorciada, ou viúva, que vivia fora de um lar, achava um tanto quanto difícil sobreviver no campo sozinha. Até mesmo se ela recebesse um terreno, poderia fazer muito pouco além de alugá-lo para outra pessoa.¹⁰⁶

A lei soviética tinha dificuldades de se ajustar à realidade do campo e a mulher camponesa estava mais vulnerável social e economicamente. Transformar a vida na aldeia era muito difícil. A família era uma unidade econômica, a força física era requisito para divisão no trabalho e quase não havia trabalho assalariado. A libertação feminina não dependia só da lei, mas de uma transformação profunda no modo de produção e nos valores sociais. A família não poderia mais ser a unidade básica de produção.

Durante os primeiros anos de 1920, houve inúmeras tentativas de reformar o Código da Família, com o intuito de proteger mulheres e crianças das novas adversidades sociais causadas pela NEP e de fazer valer o objetivo original, que era o desaparecimento da família. Os juristas mais radicais acreditavam desde a Revolução, que não era necessário regulamentar o casamento civil nem mesmo o período de transição. Outros já acreditavam que, no período de transição, os registros eram importantes para fins sociais. “Os dois grupos concordavam no objetivo final, mas diferiam quanto ao momento de implementá-lo.”¹⁰⁷

Alguns argumentavam que a regulamentação do casamento era um resquício do domínio da igreja e das normas burguesas, e isso, no Estado soviético, não deveria existir. O registro só servia, em suma, para regular relações de propriedade. Mas na prática, protegia, de certa forma, mulheres e crianças economicamente.

Um caso específico de divórcio em 1922 reverteu uma medida do Código de 1918 que informava que o matrimônio não implicava propriedade conjunta. O tribunal recusou o apelo da esposa por parte dos bens da casa, informando que ela não teria nenhum direito sobre os bens adquiridos com o salário de seu cônjuge. Após recurso, o Tribunal reverteu a decisão, considerando seu trabalho doméstico como trabalho socialmente necessário para aquisição e construção de propriedade. “O Colegiado fundamentou que os direitos da mulher à propriedade eram baseados no seu trabalho em casa, e não em seus direitos como esposa.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ GOLDMAN, 2014, p. 221-222.

¹⁰⁷ GOLDMAN, 2014, p. 232.

¹⁰⁸ GOLDMAN, 2014, p. 242.

Não foram os princípios da relação matrimonial que foram levados em consideração, pelo contrário, atribuiu-se direitos decorrentes do trabalho, para proteger os interesses das mulheres. O que foi um avanço, visto que a lei seria substituída pelas normas sociais, já que representavam uma expressão da classe dominante. As leis e o que elas representam tendem a desaparecer sob o socialismo.

Em 1925, quatro esboços para tentativa de melhorar o Código de 1918 haviam sido feitas, de forma a minar a instituição da família, cada vez mais, e reduzir os deveres legais se seus participantes, corroborando assim, o ideal de obsolescência gradativa das leis.

O esboço final do Código oferecia proteção às mulheres em casamentos *de facto*, dava à dona de casa direito à propriedade adquirida com o salário de seu marido, estendia direitos à pensão alimentícia aos desempregados e legalizada a adoção, todas as disposições elaboradas para proteger mulheres e crianças dos efeitos negativos da NEP.¹⁰⁹

A ideia de prover direitos iguais aos do matrimônio convencional aos casamentos *de facto*, era, em primeiro lugar, a proteção dos direitos dentro de uma relação não convencional de acordo com as antigas normas sociais. Mas acabou causando discussões acaloradas entre a população – principalmente a do campo –, que acreditava que este tipo de relação poderia evocar o caos moral e social, e entre os próprios juristas, que dentre muitos argumentos, afirmavam que o matrimônio *de facto* incentivava a irresponsabilidade masculina.

Era muito importante definir o casamento *de facto* por questões econômicas e sociais. Após muitos debates e controvérsias, parte da sua definição "incluía a casa compartilhada, a educação dos filhos conjunta e a expressão das relações maritais frente a um terceiro."¹¹⁰ Essa definição era imprescindível para que se pensasse no que concerne à pensão alimentícia e à propriedade, pois, já que as relações tinham um novo formato, as questões jurídicas também.

O divórcio afetava negativamente as famílias camponesas. Como a economia do lar camponês era uma unidade de produção, era coletiva, a partir de um divórcio, todos sofriam. Os homens eram incapazes de pagar pensão sem ter que se desfazer de bens necessários à sobrevivência de toda a família. E se houvesse mais de uma mulher a requerer a pensão (e na maioria das vezes havia), era praticamente impossível. O reconhecimento de casamentos *de facto* para pagamento de pensão alimentícia, só regulamentou uma prática de direitos que já acontecia há um tempo nas cidades, e as trouxe para o campo, prejudicando de certa maneira o lar camponês.

¹⁰⁹ GOLDMAN, 2014, p. 260.

¹¹⁰ GOLDMAN, 2014, p. 284.

Muitas mulheres camponesas se opunham ao divórcio e reprovavam o comportamento sexual masculino.

As mulheres procuravam preservar a família no sentido de que representava os laços pessoais mais reais entre pais e filhos. O “definhamento” da família não representava uma reestruturação abstrata das relações de gênero, mas a possibilidade sempre presente de que fossem incapazes de alimentar seus filhos. A oposição das mulheres ao divórcio e à união livre era baseada em sua desesperada necessidade de total acesso ao salário dos maridos.¹¹¹

É importante observar que muitas destas mulheres se opunham à leis e mudanças que supostamente as beneficiariam, porque tinham consciência de que a retirada do salário do marido da economia da família, as levaria à ruína. Os interesses econômicos familiares se sobrepujam aos interesses individuais, e à liberdade pessoal. Suprimir a liberdade sexual feminina significava proteger os interesses econômicos da família. Significava subsistência.

4.5 A diminuição da família e a responsabilidade do Estado

Em 1927 o esboço do novo Código se tornou lei. Ele mostrava claramente o embate entre a “visão libertária das relações sociais e a realidade material da vida”¹¹², apontando as divergências entre a teoria, ou o que se queria alcançar, e a realidade concreta da vida. A verdade era que enquanto o Estado não fosse capaz de lidar economicamente com o bem-estar social, enquanto não pudesse assumir maior responsabilidade com as crianças, enquanto as instituições de apoio não fossem numerosas e funcionais, e as relações do campo não fossem baseadas em proventos em dinheiro, ninguém estaria preparado para receber a liberdade social que a lei soviética propunha.

A Revolução de Outubro trouxe tendências libertárias sobre a criação socializada, sobre o divórcio e a união livre, mas não estendeu a discussão sobre as questões reprodutivas. Apesar de o aborto ter sido legalizado na década de 1920 sob a lei soviética, não foi pensando nas mulheres e seu direito de escolha.

No período anterior à Revolução, o aborto era proibido pela lei, entendido como assassinato premeditado e punido com processo e reclusão. Mesmo assim, era altamente difundido na Rússia, graças à ruína econômica e à miséria. A União Soviética fez pouco mais do que entender que a repressão era inútil, e que os abortos clandestinos continuavam

¹¹¹ GOLDMAN, 2014, p. 293.

¹¹² GOLDMAN, 2014, p. 298.

acontecendo (e não sem consequências na saúde das mulheres). Era uma questão de saúde pública.

Em novembro de 1920, o aborto foi legalizado por meio de um decreto, que o descrevia como um mal. Enquanto a União Soviética não conseguia amenizar a alarmante situação social da classe trabalhadora, oferecer o suporte necessário para o cuidado das crianças, e fazer com que o imaginário social compreendesse que a procriação é uma questão coletiva, a legalização do aborto fazia-se necessária, e o aborto passou então, a ser realizado em hospitais, por médicos, de forma gratuita.

Qual é a motivação por trás dessa nova atitude? A Rússia, afinal, não sofre de superprodução de trabalho vivo, mas sim de sua falta. A Rússia é esparsa, e não densamente povoada. Toda e qualquer unidade de força de trabalho é preciosa. Por que, então, estabelecemos que o aborto não é mais uma infração penal? A hipocrisia e a intolerância são opostas à política proletária. O aborto é um problema ligado à questão da maternidade e, do mesmo modo, tem origem na posição insegura ocupada pelas mulheres (não falamos aqui da classe burguesa, para a qual o aborto tem outros motivos – a resistência a “dividir” uma herança, a sofrer o mínimo de desconforto, a sair de forma ou perder alguns meses da temporada, etc.).¹¹³

Nas décadas de 1920 e 1930 o aborto era a principal forma de impedimento da natalidade. As mulheres não tinham acesso aos métodos contraceptivos mais simples e comuns, como diafragma e preservativos. A borracha era escassa e não havia produção de preservativos. O coito interrompido era a principal forma de contracepção utilizado pelas mulheres, seguido pelo aborto. Nenhuma medida de controle de natalidade era discutida pelos juristas do partido.

Entendendo que a criminalização do aborto era ineficaz para sua erradicação, devido às circunstâncias, ele foi legalizado. A procura pelo procedimento nos centros médicos soviéticos era gigantesca, o que fez com que o Estado logo providenciasse uma hierarquia, levando em consideração a posição de classe, e a vulnerabilidade social das mulheres. O procedimento era seguro e rápido, porém, extremamente doloroso. Era praticado sem anestesia, e não poucas vezes, de uma forma muito violenta. Fica evidente a necessidade de uma mudança social profunda para além das leis. Apenas elas, por si mesmas, não são capazes de alterar a lógica social dominante.

Apesar de a lógica nos dizer que a maioria das mulheres que praticavam abortos eram pobres, desempregadas e solteiras, as estatísticas apontavam que na verdade, elas eram moradoras das cidades, casadas, trabalhadoras, e com pelo menos, um filho, em sua maioria.

¹¹³ KOLLONTAI, 1921.

“A composição das mulheres que buscavam as clínicas era uma amostra representativa da sociedade urbana.”¹¹⁴

A despeito deste fato, as mulheres abortavam por vários motivos; a pobreza extrema, tanto nas cidades quanto no campo, a ilegitimidade da gravidez fora do casamento, que ainda era fator importante no lar camponês, a dificuldade de se obter insumos necessários à criação de um bebê de colo, a falta de um espaço físico decente para a criação de uma criança, a incerteza do futuro e a falta de acesso à saúde. Porém, dentre estes fatores aparece, e não de maneira incomum, o fato de que as mulheres simplesmente não desejavam outra gravidez. “A medida que estas avançavam em seus ciclos reprodutivos, contavam, uma ou outra vez, com o aborto para ajudá-las a limitar o tamanho de suas famílias.”¹¹⁵

Mesmo com a liberação do aborto legal, a prática do aborto ilegal não foi extinta; muito pelo contrário. Muitas mulheres do campo, ou de pequenas vilas, não tinham como se transportar aos centros urbanos ou aos centros médicos que ofereciam abortos legais. Há também muitos casos de mulheres que não conseguiam lidar com a burocracia para conseguir a documentação necessária para formalizar o pedido, e outras, temiam a exposição diante de sua comunidade.

As mulheres continuaram na clandestinidade por muito tempo. Alguns funcionários da saúde sugeriram que as mulheres voltavam a fazer abortos ilegais porque eram rechaçadas pelas comissões. Em várias províncias urbanizadas, as altas taxas, tanto de abortos incompletos como de rejeição sugerem um círculo vicioso: as mulheres que sofriam dos efeitos dos abortos ilegais mal praticados ocupavam leitos na ala para abortos, reduzindo assim os lugares disponíveis para mulheres que solicitavam abortos legais, obrigando, por sua vez, que mais mulheres fizessem abortos ilegais.¹¹⁶

Durante os anos 1920 e 1930, o número de abortos em relação ao número de nascimentos foi crescendo de forma assustadora. No final dos anos 1920, em inúmeras regiões da União Soviética, o número de abortos superou o número de nascimentos. As autoridades se preocupavam com o decréscimo da taxa de natalidade, e seus impactos futuros na produtividade e na economia. Além disso, o aborto reduzia a capacidade produtiva das mulheres, já que ficavam impossibilitadas de trabalhar por determinado período. Ele havia basicamente se tornado o principal meio de regulação da natalidade dentro da família.

As mulheres não queriam mais ter filhos. Além das condições sociais óbvias, que já foram anteriormente discutidas aqui, os empregadores evitavam contratar mulheres grávidas por causa da quantidade de direitos que a legislação soviética assegurava a essas mulheres. Não

¹¹⁴ GOLDMAN, 2014, p. 324.

¹¹⁵ GOLDMAN, 2014, p. 330.

¹¹⁶ GOLDMAN, 2014, p. 334-335.

era economicamente interessante. Nos parece que todo o ideal libertário que envolve a questão feminina e a liberdade sexual, tão supervalorizado na gênese desta sociedade revolucionária, trouxe às mulheres a consciência que era melhor se desenvolver socialmente, quando se está livre das obrigações maternais, mesmo que o Estado esteja repleto de boas intenções de tornar este fardo menos pesado.

Em 1936, o aborto foi declarado ilegal. O governo ofereceu subsídios para mães, bônus e licenças maiores; ampliou a creches, clínicas de maternidade e fazia campanhas sobre os benefícios e o direito de ser mãe. Insistiam no fato de que as condições sociais já eram muito melhores e que as mulheres não precisavam mais recorrer ao aborto. Mas “se o nível de vida era tão alto que as mulheres já não necessitavam recorrer ao aborto, por que se incomodar em proibi-lo?”¹¹⁷

Kollontai afirma que a reprodução é uma questão de interesse do Estado. É uma obrigação social. Ela justifica esta afirmativa sob o ponto de vista de que, no estado socialista, diferente do estado capitalista, o fardo da maternidade foi retirado das costas das mulheres, e realocado, sob responsabilidade do estado, pelas políticas de caráter público, que serviam como amparo às mulheres que eram mães. “O princípio aceito pelo poder soviético no que diz respeito a essa questão é de que a mãe deixe de carregar a cruz da maternidade e experiencie apenas as alegrias provenientes do contato da mulher com seu filho.”¹¹⁸

O cenário social já era bem diferente do início da década de 1920. A grande maioria das mulheres que recorriam ao aborto eram casadas, com certa estabilidade econômica e férteis. Não era mais as mulheres em extrema vulnerabilidade social. Recorriam a este método no vislumbre de um futuro aberto pela Revolução. Um futuro em que são educadas, onde podem trabalhar e são politizadas.

A capacidade reprodutiva da mulher também foi altamente valorizada pelo Estado socialista:

A obrigação social da mãe é, acima de tudo, dar à luz um bebê saudável. A república operária deve, portanto, oferecer à gestante as condições mais favoráveis possíveis; e a mulher, por outro lado, deve obedecer a todas as regras de higiene ao longo de sua gestação, lembrando-se de que, durante esse período, ela não é mais dona de si, mas, sim, está a serviço do coletivo, “produzindo” no interior de seu próprio corpo uma nova unidade de trabalho, um novo membro da república operária. A segunda obrigação da mulher é amamentar seu bebê; apenas depois dessa etapa a mulher tem o direito de dizer que cumpriu com suas obrigações. As outras incumbências relativas aos cuidados dedicados à nova geração podem ser desempenhadas pelo coletivo.¹¹⁹

¹¹⁷ GOLDMAN, 2014, p. 341.

¹¹⁸ KOLLONTAI, 1921.

¹¹⁹ KOLLONTAI, 1921.

Este texto de Kollontai data de 1921, antes de qualquer decréscimo na taxa de natalidade dentro da União Soviética, que estamos citando agora. Estamos falando de 1921, o período mais incipiente dentro de uma ideologia revolucionária. Em nenhum momento, foi citado o direito de escolha da mulher a respeito da maternidade.

Mesmo com a proibição, quanto mais as mulheres se incorporavam à força de trabalho, mais as taxas de natalidade caíam. Seu declínio não foi freado pela criminalização do aborto; elas continuavam recorrendo ao aborto, de forma ilegal. A criminalização não trouxe de volta a família ao centro da preocupação social; ela não voltou a ser a unidade básica de produção.

A repressão, a longo prazo, demonstrou ser inútil tanto para elevar a taxa de natalidade como para eliminar o aborto. [...] Diante da ausência de contraceptivos confiáveis, as mulheres continuaram usando o aborto, ainda que ilegal, como principal método de controle de natalidade. E sofreram, ficaram doentes e morreram em consequência disso.¹²⁰

O definhamento da família, como se pretendeu, estava no caminho de acontecer. Porém, no tocante aos assuntos estatais, a história se repete: quando há uma ameaça ao modo de produção e ao pilar de uma sociedade, a reprodução enquanto produção social se torna de interesse público. As mulheres são sempre as primeiras (e muitas vezes as únicas) a sofrerem as consequências. Muitas vezes a história se apresenta à nós como algo cíclico, e não linear.

Em 1936, os juristas repudiaram muitas de suas ideias iniciais, e em um deslocamento ideológico claro exigiram o fortalecimento e a estabilização da família. Enquanto envolvia as nonas políticas com um apelo populista à ordem social, o Partido abandonou sua primeira visão das relações sociais por uma nova confiança na repressão massiva. A doutrina da “extinção”, que em um momento havia sido central para a compreensão socialista da família, do direito e do Estado, foi repudiada.¹²¹

A família estava sendo ressuscitada em nome da ordem econômica. Juntamente à proibição do aborto, as mulheres estavam sendo duramente afetadas pela ineficácia crescente dos pedidos por apoio financeiro e pensão alimentícia. Os homens não sofriam nenhum tipo de reprimenda por não cumprirem com suas obrigações judiciais, enquanto as mulheres e as crianças, muitas vezes, padeciam de fome. A situação das crianças sem teto também não melhorou muito após a legalização da adoção em 1926. A vida não era mais estável dentro do núcleo familiar, e isso foi utilizado de argumento por parte do Estado para a importância da preservação da unidade familiar.

Em 1927, foi lançado um plano de três anos para erradicar o fenômeno das crianças sem teto, que incluía incentivo à adoção, retorno das crianças institucionalizadas às suas famílias,

¹²⁰ GOLDMAN, 2014, p. 344.

¹²¹ GOLDMAN, 2014, p. 345-346.

que receberiam apoio do governo, e a transferência de muitos adolescentes para trabalharem em fábricas e oficinas. Até os residentes urbanos foram incentivados a adotar, e os incentivos consistiam em privilégios tributários e quantias adiantadas. Isso demonstra “a suposição implícita oficial de que a família poderia cuidar de forma mais eficaz das crianças que o Estado”¹²². Um retrocesso totalmente na contramão dos ideais libertários.

Apesar dos fortes incentivos para que os laços familiares fossem reatados, as medidas foram tomadas sob um pretexto econômico. “Não foram acompanhadas de uma campanha ideológica de massas para fazer ressurgir os laços familiares tradicionais.”¹²³

Nos anos 1930, as mulheres ingressaram em números significativos no mercado de trabalho, em todos os ramos da indústria. Isso aconteceu porque a reserva de trabalhadores urbanos masculina se esgotou, logo, o Partido voltou-se à fonte inexplorada de trabalho: as esposas e filhas de trabalhadores. Foi um momento em que o desemprego foi zerado dentro da União Soviética. Neste período, o governo ampliou significativamente a quantidade de creches e casas coletivas de alimentação, para eliminar o fardo da dupla jornada de trabalho. A socialização do trabalho doméstico estava em andamento, e parecia que a sociedade soviética havia retomado seus ideais.

Porém, o entusiasmo durou pouco. No início final dos anos 1920 e início dos anos 1930, o salário real caiu quase que pela metade em valores, o que significa dizer que em um lar familiar, duas rendas somadas equivaliam a apenas uma. O que parecia uma grande conquista individual, na verdade foi o retorno à dependência real da família. As contribuições conjuntas eram necessárias para a sobrevivência coletiva.

A política salarial não encorajou o “definhamento” da família, mas, ao contrário, contou com a unidade familiar como um meio efetivo de exploração do trabalho. Em um período abertamente definido pela intensificação da acumulação dentro de cada indústria e cada fábrica, a família foi a instituição que permitiu ao Estado realizar a mais-valia de dois trabalhadores pelo preço de um.¹²⁴

Como resultado de uma vida substancialmente laboral por ambos os pais, as crianças ficavam sem supervisão na maior parte do tempo; e paralelamente a isso, o número de crianças que vagabundavam pelas ruas e cometiam pequenos crimes disparou. Os pais, e não mais a pobreza, foram responsabilizados por essa situação. Juristas do partido estabeleciam medidas repressivas na tentativa de fazer dos pais, os responsáveis pelo comportamento dos filhos.

¹²² GOLDMAN, 2014, p. 356.

¹²³ GOLDMAN, 2014, p. 360.

¹²⁴ GOLDMAN, 2014, p. 367.

“Longe de desaparecer, a família estava se tornando uma unidade indispensável para o controle estatal de seus cidadãos.”¹²⁵

A partir de 1936, iniciou-se uma forte campanha em favor da família, da criação de filhos e contra a irresponsabilidade familiar. Junto com uma lei que penalizava qualquer parte envolvida em um aborto, aumentava o pagamento mensal às mulheres trabalhadoras que tiveram filhos, aumentava a licença maternidade e penalizava empregadores que de alguma forma, prejudicava mulheres grávidas ou que tivessem dado a luz recentemente. Foram inúmeras medidas pró-natalistas somadas à uma melhor regulamentação do divórcio.

A lei de 1936 oferecia às mulheres uma barganha implícita: ela ampliava tanto a responsabilidade do Estado como a do homem pela família, mas em troca ela exigia que as mulheres assumissem o duplo fardo do trabalho e da maternidade. A ideia de que o Estado assumiria as funções da família foi abandonada. [...] Por fim, essa barganha, que acomodou confortavelmente tanto os homens quanto o Estado, deixou as mulheres com a parte do leão da responsabilidade pelo trabalho, compras, serviço doméstico e cuidado com os filhos.¹²⁶

Os ideais soviéticos foram invertidos. O forte compromisso com a liberdade individual foi substituído pelo fortalecimento na unidade familiar com base na repressão. A concepção dos fenômenos com base em causas sociais e econômicas foi substituída pela repressão e culpabilização individual. No final, o Estado socialista estava criando argumentos para explicar o porquê suas atitudes eram socialistas, e não capitalistas.

¹²⁵ GOLDMAN, 2014, p. 378.

¹²⁶ GOLDMAN, 2014, p. 387.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caça às bruxas foi um período sombrio da história em que inúmeras mulheres, foram perseguidas e executadas sob a acusação de bruxaria. Esse episódio planejado e violento nos oferece uma oportunidade de reflexão sobre os problemas persistentes que assolam nossa sociedade até os dias atuais, como a desigualdade de gênero, raça e classe, e sua relação com o sistema capitalista.

Ao analisar os eventos da caça às bruxas, podemos identificar elementos que refletem questões contemporâneas. A misoginia desempenhou um papel crucial nesse período, com mulheres sendo vistas como ameaças e desafiadoras da ordem social estabelecida. Essa mentalidade enraizada persiste até hoje, resultando em disparidades de gênero no acesso a oportunidades, salários e poder.

Da mesma forma, a raça também foi um fator determinante na caça às bruxas. Minorias étnicas, como as mulheres negras, muitas vezes eram alvos ainda mais vulneráveis dessa perseguição. Essa dinâmica se reflete nas desigualdades raciais existentes atualmente, onde pessoas de cor enfrentam barreiras sistemáticas e violências estruturais que perpetuam a injustiça racial.

Além disso, a questão da classe social não pode ser negligenciada. Durante a caça às bruxas, as mulheres marginalizadas e economicamente desfavorecidas eram particularmente visadas. Essa exploração de grupos mais vulneráveis em benefício das elites dominantes é uma característica intrínseca do sistema capitalista. A desigualdade econômica persistente e a concentração de riqueza são problemas que permeiam nossa sociedade, perpetuando a injustiça e o sofrimento de milhões de pessoas.

Enfrentar esses problemas requer uma análise crítica do sistema capitalista e a adoção de medidas que promovam a igualdade de gênero, raça e classe. É necessário um movimento que desafie as estruturas de poder e combata as formas sutis e explícitas de discriminação que perpetuam essas desigualdades.

A questão da colonização de povos e da raça é um tema intrinsecamente ligado às contradições do capitalismo. Ao explorar a história da colonização, percebemos como a supremacia branca e a exploração econômica estiveram entrelaçadas, resultando em profundas injustiças raciais e sociais que perduram até os dias atuais.

Durante os períodos de colonização, as nações europeias invadiram terras habitadas por povos indígenas, africanos e outras populações marginalizadas, impondo seu domínio e usurpando recursos naturais, riquezas locais e sua força de trabalho. Essa exploração sistemática

gerou desequilíbrios econômicos e sociais, com os colonizadores enriquecendo-se à custa das populações colonizadas.

A raça desempenhou um papel central nesse processo. A ideia de superioridade racial foi utilizada para justificar a colonização, estabelecendo hierarquias baseadas na cor da pele e originando práticas discriminatórias e desumanizantes. Essa mentalidade de superioridade branca perpetuou-se ao longo dos séculos, deixando um legado de desigualdades raciais profundamente arraigadas nas sociedades colonizadas e nas diásporas resultantes.

Os efeitos da colonização continuam a ser sentidos nas relações raciais contemporâneas. A marginalização econômica, a falta de acesso a recursos básicos, a violência estrutural e a negação de direitos fundamentais são algumas das consequências persistentes da colonização para os povos indígenas e negros ao redor do mundo. E como visto pelo percurso de nosso trabalho, estes problemas se concentram, muitas vezes, na figura da mulher negra.

A descolonização é um processo necessário para combater essas injustiças históricas e superar a supremacia branca arraigada. Isso envolve a desconstrução das estruturas coloniais presentes nas instituições políticas, econômicas e culturais, bem como o empoderamento das comunidades marginalizadas para que possam reivindicar sua identidade, sua terra e sua voz.

Além disso, a luta contra a desigualdade racial requer uma análise crítica do sistema capitalista, que está enraizado em princípios de acumulação de riqueza e exploração. A desigualdade econômica exacerbada pelo capitalismo perpetua as disparidades raciais, reforçando ciclos intergeracionais de pobreza e privação.

Para avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa, é fundamental reconhecer e desafiar os padrões de opressão, discriminação e privilégio que estão enraizados na colonização e no sistema capitalista. Isso implica em políticas públicas que promovam a igualdade racial, como a implementação de ações afirmativas, a reforma do sistema de justiça criminal e a garantia de acesso equitativo a oportunidades educacionais e econômicas. O problema é que isto não repara os erros do sistema capitalista, apenas o reforma.

Ao enfrentar os problemas do capitalismo e suas intersecções com a colonização e a raça, é fundamental adotar uma abordagem abrangente e holística. Devemos reconhecer que essas questões estão interligadas e que a luta por justiça social requer uma análise crítica e ação transformadora em todas as frentes.

A superação das injustiças da colonização e da desigualdade racial não é um processo fácil nem rápido, mas é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Devemos estar dispostos a confrontar nosso passado, dismantelar estruturas opressivas e

trabalhar juntos para criar um futuro em que todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas, independentemente de sua origem étnica ou racial.

Ao fazermos isso, daremos passos importantes para curar as feridas do passado, construindo relações mais igualitárias e construindo uma sociedade onde a diversidade é celebrada e todas as pessoas têm a oportunidade de prosperar e viver com dignidade.

A União Soviética desempenhou um papel significativo na história ao buscar a emancipação das mulheres e promover a igualdade de gênero em uma época em que a desigualdade de gênero era predominante em muitas partes do mundo. Ao examinar a experiência soviética, podemos relacionar essa busca pela igualdade de gênero com os problemas do capitalismo e a questão da colonização de povos e da raça.

Durante o período soviético, houve uma série de reformas e políticas destinadas a eliminar as desigualdades de gênero. O Estado soviético buscou oferecer oportunidades educacionais, sociais e profissionais iguais para mulheres, promovendo sua participação em todos os setores da sociedade. Esforços significativos foram construídos.

Essa busca pela igualdade de gênero pode ser vista como uma resposta direta aos problemas sistêmicos do capitalismo. A União Soviética, como um Estado socialista, questionava as desigualdades econômicas e sociais que caracterizavam o sistema capitalista. Reconhecia que a opressão de gênero era inerente ao próprio sistema capitalista, que perpetuava as hierarquias de poder e marginalizava as mulheres.

Além disso, a emancipação das mulheres na União Soviética estava conectada à questão da colonização e da raça. A abordagem soviética buscava romper com as estruturas coloniais e promover a igualdade não apenas entre os gêneros, mas também entre diferentes grupos étnicos e raciais. Reconhecendo a opressão histórica enfrentada pelas mulheres e pelas populações colonizadas, o Estado soviético procurou combater essas desigualdades de forma simultânea.

No entanto, é importante observar que a experiência da União Soviética em relação à emancipação das mulheres não foi isenta de críticas e contradições. Embora tenha havido avanços significativos na igualdade de gênero, também houve desafios e limitações. Algumas políticas e práticas podem ter reforçado estereótipos de gênero e negligenciado certas questões, como a diversidade de experiências das mulheres.

Apesar das complexidades e contradições, a experiência da União Soviética na busca pela emancipação das mulheres serve como um exemplo histórico importante. Ela nos lembra que a igualdade de gênero e a superação das desigualdades raciais e coloniais são questões intrinsecamente conectadas, e que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária deve abordar, obrigatoriamente, essas intersecções.

Para avançar em direção a uma sociedade verdadeiramente igualitária, é necessário confrontar as estruturas de poder e opressão que persistem até hoje. Devemos aprender com as experiências passadas, reconhecendo os sucessos e falhas dos esforços anteriores, e trabalhar juntos para construir um futuro em que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, raça ou classe, possam ser livres.

Ao refletir sobre a experiência da União Soviética na busca pela emancipação das mulheres, podemos extrair lições valiosas para enfrentar os problemas do capitalismo, da colonização de povos e da raça. Devemos continuar a desafiar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a opressão, e trabalhar coletivamente para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todas as pessoas. Somente assim poderemos alcançar a verdadeira emancipação de gênero e a equidade racial que foram problemas criados pelo nosso próprio sistema socioeconômico vigente.

REFERÊNCIAS

CANNON, James. *A Revolução Russa e o Movimento Negro Norte-Americano*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cannon/1959/05/08.htm>. Acesso em: 09 fevereiro 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. 2. ed. Cambridge, UK: Polity, 2020. Costa (org.). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*. São Paulo: EDUC, 2021, p. 73-86.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936* Trad. Natália Angyalossy, com colaboração de Daniel Angyalossy Alfonso e Marie Christine Aguirre Castañeda. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo : Iskra Edições, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. *Ain't I a woman: black women and feminism*. London, Pluto Press, 1982.

KOLLONTAI, Alexandra. *A Família e o Estado Socialista*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/ano/mes/familia.htm>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. *Comunismo e a Família*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. *Mulher Trabalhadora e Mãe*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1916/mes/90.htm>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

KOLLONTAI, Alexandra. *O Trabalho Feminino no Desenvolvimento da Economia*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/trabalho.htm>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

KRAMER, Henrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

MARABLE, Manning. *How Capitalism Underdeveloped Black America*. Hoston, 1983.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. 26. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. *Teses contra Feuerbach* (1845) (VI Tese). In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de José Arthur Gianotti; tradução José Carlos Bruni et al. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).

MIÉVILLE, China. *Outubro: História da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher?* 2014 [<http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojournertruth/#gs.h8jBXJA> - acesso em 23 nov. 2022].